



EXTRA

ANO 20, NÚMERO 195, JULHO DE 2015

CLASSE

Foto: Igor Sperotto

Direitos ameaçados

Ofensiva conservadora no Congresso para redução da maioria penal coincide com os 25 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente, que sequer é respeitado

Editorial

Odiotas

Luis Fernando Verissimo, em sua crônica intitulada *Ódio*, introduz com propriedade a edição de julho do *Extra Classe*. Nela, recupera o episódio em que o apresentador da Rede Globo, Jô Soares, teve a frente de sua casa pichada com improperios e ameaças de morte. O motivo, entrevistou em seu programa a presidenta Dilma Rousseff.

O discurso raivoso também dá o tom nas redes sociais, verdadeiros tribunais de ódio. Não diferente tem se mostrado o comportamento de parlamentares e vereadores, que insuflam e fazem esse sentimento reverberar. Um exemplo lamentável foi o episódio entre os vereadores de Porto Alegre Nereu D'Ávila (PDT) e Jussara Cony (PCdoB). O primeiro referiu-se à segunda com postura machista e de baixo calão (pág. 7). Isso ocorreu na mesma sessão e semana em que foi modificado o texto do Plano Municipal de Educação, que a exemplo do que ocorreu com a votação do Plano Estadual (pág. 10), todas as referências às questões de gênero que representavam significativos avanços foram suprimidas, por pressão de igrejas e *lobby* conservador.

Esses comportamentos vêm na esteira dos movimentos antipetistas e antiDilma, que se acirraram durante o final da última eleição presidencial. Movimentos gradualmente alimentados por escândalos de corrupção cirurgicamente escolhidos e reverberados por empresas de comunicação com interesses políticos.

Os derrotados na última eleição, hoje maioria no Congresso, avançam em bloco tanto contra o

SANTIAGO



governo eleito, no sentido de enfraquecê-lo, quanto contra avanços e direitos conquistados pela sociedade. O tom dos discursos é de ódio e esse ódio premeditado pelas cúpulas tem encontrado eco em boa parte da população. Por fim, a recíproca também raivosa, dos que se identificam com o governo.

Tal e qual a ficção de George Orwell, *1984*, em que antes das refeições o povo assistia vídeos do que

era considerado inimigo para manifestar sua ira, na vida real (ou virtualmente real), o *Big Brother* são as redes sociais, citadas no começo deste editorial, que proporcionam o campo de batalha para que os *odiotas* exercitem seus discursos e elejam seus inimigos. Um golpe pode estar em curso, não apenas contra a democracia, mas contra o que consideramos ser a civilização.

**EXTRA
CLASSE**

Extra Classe é uma publicação mensal do Sindicato dos Professores do Rio Grande do Sul – Sinpro/RS, filiado à CUT e Contee

Av. João Pessoa, 919 – CEP 90.040-000 – Bairro Farroupilha – Porto Alegre – RS – Brasil – Fone 51. 4009.2900 – Fax 51. 4009.2917 | www.sinprors.org.br

www.extraclasse.org.br

REDAÇÃO – extraclasse@sinprors.org.br

Editora-chefe: Valéria Ochôa

Editores Executivos: César Fraga e Valéria Ochôa

Redação: César Fraga, Edimar Blazina, Gilson Camargo, Grazieli Gotardo e Valéria Ochôa

Colaboradores: Clarinha Glock, Flavio Ilha, Juliana Adelaide, Leo Felipe e Valdete Severo

Colunistas: Luis Fernando Verissimo, José Fraga, Marco Aurélio Weissheimer e Marcos Rolim

Diagramação e Arte: Fabio Edy Alves/Bold Comunicação

Projeto Gráfico: D3 Comunicação

Fotos Colunistas: René Cabrales (arquivo EC)

Fotografia: Igor Sperotto

Ilustração: Rafael Sica, Ricardo Machado e Pedro Alice

Charge/Cartum: Canini, Edgar Vasques e Santiago

Revisão: Lígia Halmenschlager

Comercialização: Rosane Costa
51. 4009.2962 / 9998.3598

Impressão: Zero Hora

Tiragem desta edição:
23 mil exemplares

Telefones da Redação:
51. 4009.2980/2982/2983/2985

* O conteúdo dos artigos de opinião e matérias assinadas são de exclusiva responsabilidade de seus autores.



Mantenha o seu e-mail atualizado no cadastro

e o Sinpro/RS manda notícias.

Acesse sinprors.org.br/professor e atualize seus dados.
Com isso, a gente se comunica melhor e você aproveita ainda mais os benefícios de ser associado ao Sindicato.

SINPRO/RS
Sindicato Cidadão

PALAVRA DE PROFESSOR

Terceirização: o perverso discurso do mal menor

Valdete Severo*

Capital e trabalho constituem uma totalidade: um complementa o outro; um não existe sem o outro. Não é possível conceber trabalho assalariado em uma racionalidade diversa daquela capitalista. Por isso, Marx já referia que o capitalismo é tendencialmente favorável à maximização da exploração. O trabalhador assalariado é vendedor (da força de trabalho) e comprador (das demais mercadorias – consumidor). O capitalista é comprador (da força de trabalho) e vendedor (da mercadoria). Ambos perseguem legitimamente o maior benefício nessa relação. Estão, portanto, em lados contrapostos.

Curiosamente, hoje ganha espaço o discurso de que capital e trabalho são aliados, ambos pretendem o mesmo: o avanço da economia. Em nome desse discurso, torna-se possível defender a terceirização como algo bom para o trabalhador. Trata-se de uma retórica perversa. Exatamente porque estão em lados opostos, o capital sempre lutou contra a posituação de direitos dos trabalhadores, contra intervenções que implicassem limitações ao seu *natural* anseio de lucro. Não é diferente em relação à terceirização.

Terceirizar é uma forma de reduzir custos. Sabemos bem que custos são esses. Regulamentar e ampliar a terceirização constitui medida que necessariamente atende a apenas um dos lados dessa relação: quando o capital ganha, o trabalho perde. O discurso de que regulamentar a terceirização é algo positivo para os trabalhadores parte do pressuposto do mal menor. Se a terceirização é um fato e a realidade revela distorções nessa prática (como a facilitação do trabalho infantil ou em condições análogas a de escravo), melhor regulá-la do que “manter na informalidade mais de 12 milhões de brasileiros”.

Ocorre que esses trabalhadores, caso combatamos a terceirização, voltarão a ser contratados diretamente. Para eles, em lugar da precarização, haverá o vínculo direto com o verdadeiro *empregador da força de trabalho*, hoje eufemisticamente chamado tomador de serviços. Haverá responsabilidade, identidade de classe, visibilidade. Tudo isso sem que lei alguma precise ser editada. Tudo isso a partir do que determina a própria Constituição.

O Direito do Trabalho já nasceu desafiando os fatos. Na contramão da forma como então eram reguladas as relações de trabalho, trouxe consigo a intervenção na vontade, para limitar as possibilidades de exploração do trabalho humano e impedir a redução do trabalhador à condição de coisa. Sabemos bem que essa disciplina protetiva é apenas um paliativo para a realidade objetivamente díspare entre capital e trabalho. Minimiza danos que não consegue, nem quer combater. Ainda assim, caracteriza-se como um parâmetro de civilidade, um mínimo sem o qual não é possível viver em sociedade. Esse mínimo, na atual ordem constitucional, é a relação de emprego: uma relação jurídica entre dois sujeitos, que não admite atravessadores.

No dia 29 de maio passado estudantes, sindicatos e sociedade manifestaram contrariedade a esse retrocesso representado pelo PLC 30/2015. É importante participar dos movimentos contra essa iniciativa, para que não sejamos depois assombrados pelo peso da inércia que dará contornos ao futuro próximo das relações de trabalho. Não nos omitamos e, sobretudo, não aceitemos argumentos fáceis, repetidos há mais de dois séculos, que nada mais fazem do que maquiagem a realidade que insiste em se revelar na face do trabalhador que sofre diretamente os efeitos da terceirização.

*Juíza do Trabalho, professora e diretora da Fundação Escola de Magistratura do Trabalho do RS (Femargs).



VERISSIMO

Ódio

Não vi a entrevista do Jô com a Dilma, mas, conhecendo o Jô, sei que ele não foi diferente do que é no seu programa: um homem civilizado, sintonizado com seu tempo, que tem suas convicções – muitas vezes críticas ao governo – mas respeita a diversidade de opiniões e o direito dos outros de expressá-las. Que Jô fez uma matéria jornalística importante e correta, não é surpresa. Como não é surpresa, com todo esse vitríolo no ar, a reação furiosa que causou pelo simples fato de ter sido feita.

A deterioração do debate político no Brasil é consequência direta de um antipetismo justificável, dado os desmandos do próprio PT no governo, e de um ódio ao PT que ultrapassa a razão. O antipetismo decorre, em partes iguais, da frustração sincera com as promessas irrealizadas do PT e do oportunismo político de quem ataca o adversário enfraquecido. Já o ódio ao PT existiria mesmo que o PT tivesse sido um grande sucesso e o Brasil fosse hoje, depois de 12 anos de pseudossocialismo no poder, uma Suécia tropical. O antipetismo é consequência, o ódio ao PT é inato. O antipetismo começou com o PT, o ódio ao PT nasceu antes do PT. Está no DNA da classe dominante brasileira, que historicamente derruba, pelas armas se for preciso, toda ameaça ao seu domínio, seja qual for sua sigla.

É inútil tentar debater com o ódio exemplificado pela reação à entrevista do Jô e argumentar que, em alguns aspectos, o PT justificou-se no poder. Distribuiu renda, tirou gente da miséria e diminuiu um pouco a desigualdade social – feito que, pelo menos pra mim, entra como crédito na contabilidade moral de qualquer

governo. O argumento seria inútil porque são justamente estas conquistas que revoltam o conservadorismo raivosos, para o qual “justiça social” virou uma senha do inimigo.

Tudo isto é lamentável mas irrelevante, já que o próprio Lula parece ter desesperado do PT. Se é verdade que o PT morreu, uma tarefa para investigadores do futuro será descobrir se foi suicídio ou assassinato. Ele se embrenhou nas suas próprias contradições e nunca mais foi visto ou pensou que poderia ser a primeira alternativa bem-sucedida ao domínio dos donos do poder e acordou um dia com um tiro na testa?

De qualquer maneira, será uma história triste.



Os artigos para a seção Palavra de Professor devem ser enviados até o dia 15 de cada mês com no máximo 1.800 caracteres para o e-mail palavradeprofessor@sinpro.rs.org.br.

Escritório de Advocacia

Antônio Vicente Martins Advogados Associados

Rua Manoelito de Ornellas, 55 conjunto 1304 - Torre A - Trend Corporate
Praia de Belas | Porto Alegre | RS | Telefone 51 3061.4880

* conveniado Sinpro/RS



ENTREVISTA

Leon Padura

Cubano, crítico e progressista

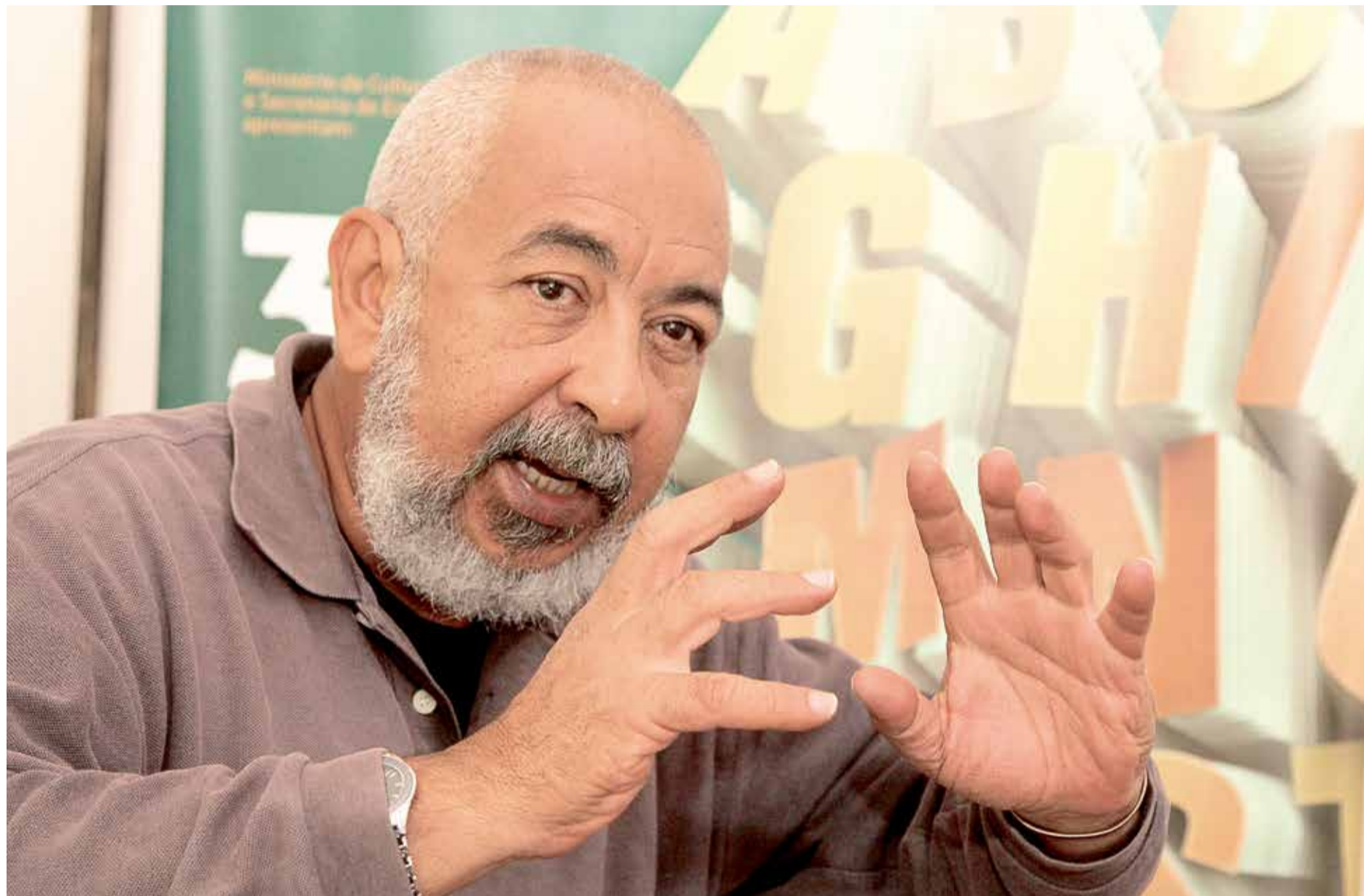


Foto: Ireno Jardim/Divulgação/Feira do Livro Canoas

O escritor cubano Leonardo Padura, autor do best-seller *O Homem que Amava os Cachorros* (editora Boitempo), está assustado com a celebridade obtida a partir da publicação do seu primeiro romance histórico, sucesso mundial a partir do interesse gerado pela narração do assassinato do revolucionário Leon Trotsky pelas forças stalinistas em 1940. Há um ano e meio sem se dedicar integralmente à literatura, Padura prepara a adaptação de suas quatro primeiras novelas para o cinema e para a TV. Os romances apresentam como protagonista o investigador Mario Conde – responsável pela celebração de Padura no mundo das letras nos anos de 1990. A adaptação, que deverá ser vista em 2016, está sendo escrita pelo próprio Padura e por sua esposa, Lucia Lopez Coll. As produções serão filmadas em Havana, com direção do espanhol Félix Viscarret.

A produção está a cargo da Tornasol Films, que produziu entre outros o oscarizado *O Segredo de Seus Olhos*, do diretor argentino Juan José Campanella – melhor filme estrangeiro de 2010. Os filmes, um longametragem para o cinema e quatro capítulos para televisão, terão como base as novelas *Passado Perfeito* (1991), *Ventos da Quaresma* (1994), *Máscaras* (1997) e *Paisagem de Outono* (1998). Os filmes serão distribuídos para os mercados europeu e latino-americano. As adaptações aproveitam o boom em torno da obra de Padura, premiado com o cobiçado prêmio *Princesa de Astúrias* no início de junho devido ao “diálogo e liberdade” presentes em sua obra literária.

O escritor chegou ao Brasil na quinta-feira, 25 de junho, para participar da *Feira do Livro de Canoas* e da *Festa Literária de Paraty* (Flip), no Rio de Janeiro.

ro. Em Paraty, Padura dividiu a mesa no domingo, 5 de julho, com a emergente Sophie Hannah, escritora inglesa que ressuscitou o detetive Hercule Poirot – criado por Agatha Christie nos anos de 1920.

Em entrevista exclusiva ao *Extra Classe*, Padura falou de sua relação com a sociedade cubana, de onde nunca saiu, dos seus autores favoritos e do seu último romance, *Hereges*, que será lançado no Brasil em setembro, além de antecipar o tema de seu próximo livro, ainda sem nome, mas que já mobiliza o escritor e tem 60 páginas escritas. “Eu estava muito preocupado porque não me vinham ideias para um novo romance, depois de um ano e meio apenas elaborando roteiros. Ainda que tenha 11 novelas escritas, creio que sou um escritor com pouca imaginação. Mas as ideias acabam surgindo das maneiras mais inusitadas”, explicou.

► Por Flávio Ilha

extraclasse@sinpro.org.br

Extra Classe – Depois do sucesso de *O Homem que Amava os Cachorros*, o que os leitores brasileiros podem esperar de *Hereges*?

Leon Padura – São livros bem diferentes. No *Ho-*

mem... havia um elemento político muito forte e que era inevitável pelo tema escolhido. Eu não gosto de escrever sobre política em meus livros, mas nesse caso era inevitável. Com um personagem como Leon Trotsky,

a política se mete na literatura, é inevitável. Agora, em *Hereges* (lançado na Europa e em Cuba no final de 2013), eu trato mais de alertar, de refletir para que a liberdade individual não seja contaminada pela política.

O livro tem três relatos paralelos, em épocas distintas, mas que dão sentido ao todo. Os fatos históricos continuam presentes, como a tentativa de refúgio de um grupo de 900 judeus em Cuba antes da Segunda Guerra. Uma tentativa malograda. Então, diria que a liberdade é o centro do romance. Um exemplo: um personagem do livro, que é apenas mencionado mas que tem muita importância para o sentido da trama, é o filósofo Spinoza. Ele foi expulso da comunidade judaica a que pertencia, no século 17, e até hoje não foi reabilitado – apesar de muitos pensadores judeus clamarem por isso. Como se opunha aos dogmas, em suma, à política, do seu grupo, foi banido. É disso que estou tratando.

EC – O sucesso de *O Homem...* alterou de alguma forma sua rotina?

Padura – De forma bastante severa. Eu estava muito preocupado porque não me vinham ideias para um novo romance, depois de um ano e meio apenas elaborando os roteiros para as adaptações de meus quatro primeiros romances policiais para a televisão e para o cinema. Ainda que tenha 11 novelas escritas, creio que sou um escritor com pouca imaginação. Além disso, há os compromissos oficiais para a promoção, ainda, de *O Homem...* (lançado no mercado europeu em 2010), feiras, eventos, palestras. Isso desvia o foco da criação, com certeza, embora seja necessário. Comecei a escrever um novo romance há poucas semanas em que os protagonistas são um casal homossexual que se envolve em um crime a ser investigado, novamente, pelo detetive Mario Conde. O argumento surgiu de uma conversa informal com minha mulher acerca de um amigo comum que nunca mais tínhamos visto. A história ficou escondida na minha cabeça por três anos, até voltar à tona durante um simples café da manhã. Já tenho 60 páginas e agora estou mais tranquilo, sei que o romance existe de fato.

EC – É uma volta às novelas policiais que o lançaram ao mundo das celebridades literárias nos anos de 1990?

Padura – De certa forma sim, embora eu nun-

ca tenha abandonado totalmente o universo policial. *O Homem que Amava os Cachorros*, ainda que seja um romance histórico, é um *thriller* que pode ser lido como um suspense policial, apesar de a maioria dos leitores saberem o desfecho da história desde seu início. Já *Hereges* (com previsão de lançamento no Brasil em setembro, pela editora Boitempo) também é um romance histórico, mas com a presença, num dos seus eixos, do investigador Mario Conde, que aparece em muitos outros livros. Nos dois casos, houve uma exaustiva pesquisa. Nesses momentos, a narrativa é que define o rumo do romance. A trama verdadeira do meu novo livro, que se passou em Miami e envolveu um famoso dentista que expatriou um jovem cubano por quem se apaixonou e depois foi roubado por ele, será transportada para Cuba. Mas não posso contar mais.

"Eu creio que, no final das contas, ambos foram parecidos, mas com uma diferença fundamental: Stálin matou 20 milhões de pessoas quando estava no poder; Trotski, por sua vez, havia se dado conta que matando um milhão de pessoas conseguiria o mesmo resultado"

EC – O senhor se incomoda quando é identificado com romances policiais, um gênero considerado muitas vezes menor?

Padura – De forma nenhuma. Os romances de

Ruben Fonseca e Leonardo Sciascia, só para citar o exemplo de dois autores de quem gosto muito, podem ser vistos meramente como novelas policiais, mas são muito mais do que isso. São verdadeiros ensaios sobre as sociedades em que estão inseridos, muitas vezes com críticas bastante duras ao modo de vida e às relações sociais. Um *thriller* é um gênero com a mesma dignidade que qualquer outra forma de literatura. Mas essa dignidade, é claro, depende muito se o escritor trabalha seriamente ou não com os elementos da literatura. O que é a *Madame Bovary*, por exemplo, se não uma novela de amor? E *Crime e Castigo*? Não é a história de um assassinato? Parece-me claro que o gênero depende muito do escritor. O crime e a violência podem ser uma boa forma para se falar dos problemas sociais de uma determinada época ou de um país.

EC – Como está a situação em Cuba depois da distensão com os Estados Unidos, iniciada no final do ano passado?

Padura – Na prática as coisas não aconteceram ainda. Pouca coisa mudou em termos sociais ou econômicos, o embargo continua, apenas tem sido mais fácil o intercâmbio de turistas entre os dois países. Mas é natural que seja assim, são processos lentos, demorados. O primeiro passo é o restabelecimento de relações, o que já está sendo feito. A partir daí começarão outros passos, mas não sabemos em que velocidade. Pelo menos a tensão em que vivíamos com os Estados Unidos há mais de 50 anos começou a diminuir. Já não estamos na lista de países patrocinadores do terrorismo, o que é uma grande coisa. E nunca imaginamos que Barack Obama e Raúl Castro (atual presidente de Cuba) poderiam se cumprimentar, sorridentes. A sociedade cubana tem mudado muito desde os anos de 1990, quando começou a haver mais liberdades individuais. Eu, particularmente, nunca tive problemas com meus livros, todos foram publicados e circularam normalmente em Cuba, apesar da imprensa oficial não dar muita atenção a eles. Também as minhas viagens, que se intensificaram demasiadamente a partir de

EC ▶



Fretamento Planalto

O melhor da viagem começa aqui.

Eventos | Excursões | City Tour | Translados | Passeios Culturais
Negócios | Turismo Receptivo | Formaturas | Feiras
Viagens Escolares | Fretamento Contínuo | Shows
Viagens Internacionais | Associações de Classe | Agências de Viagem

ENTRE EM CONTATO CONOSCO:
fretamento@planalto.com.br
planalto.com.br
(51) 3374-9743 (51) 8451-9725



DeBrito Sul

ENTREVISTA

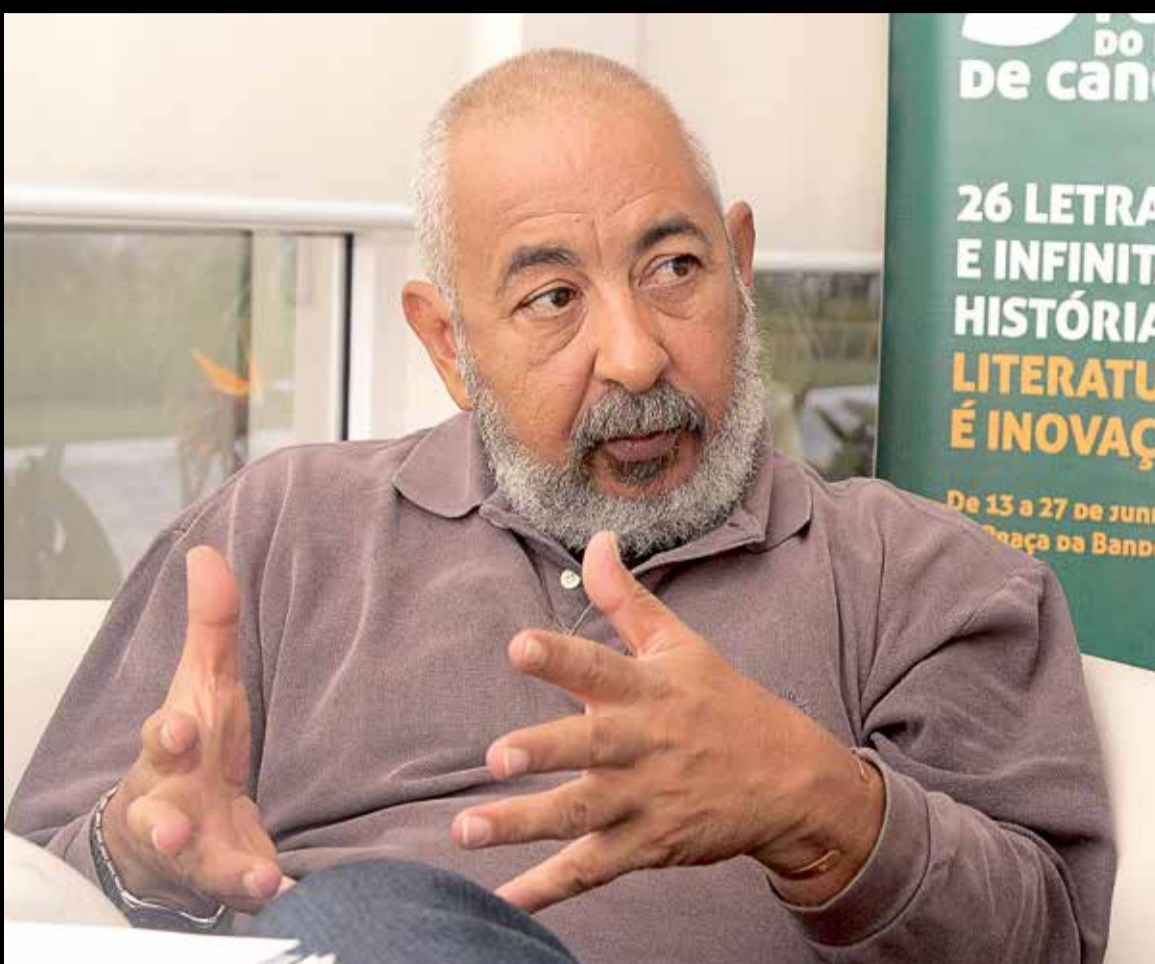
uns anos atrás, nunca houve restrições. Apesar de eu ser identificado como um escritor crítico ao regime, nunca houve nenhuma ação do Estado contra mim.

EC – Por que o senhor nunca saiu de Cuba, apesar do tom crítico de seus livros?

Padura – Por uma razão muito simples: só consigo escrever meus romances em Cuba! Sou cubano e um cidadão absolutamente integrado à cultura e à realidade de meu país. Alguns escritores se adaptam bem a outro país e eu cito, por exemplo, o americano Ernest Hemingway, que escreveu boa parte de sua obra em Cuba, e o cubano Gabriel Cabrera Infante, que produziu basicamente em Londres. Mas comigo não é assim. Veja bem, minha juventude toda foi vivida nos primeiros anos da revolução, de forma muito natural. Fui uma pessoa, um jovem, normal. Nunca fui militante da juventude comunista, nunca fui filiado ao Partido Comunista. Não sou nem católico como minha mãe e nem maçom como meu pai. Não pertencço a nenhum grupo. Mesmo assim, fui ao campo cortar cana aos 15 anos de idade porque isso era normal. Você sabe quem fazia esse trabalho durante o período colonial? Isso mesmo, os escravos, que eram tratados com imensa brutalidade. Quando eu atuava como jornalista, em 1986, também houve necessidade de ir trabalhar como correspondente em Angola e eu fui. Então, me sinto absolutamente à vontade para ter opinião sobre a sociedade cubana, para criticar algumas de suas políticas oficiais. Por se cidadão cubano e por ter participado de sua formação contemporânea, tenho toda a legitimidade para fazê-lo.

EC – Passados 56 anos, o senhor considera que a revolução tenha trazido avanços para seu país? Cuba é melhor ou pior que antes da revolução?

Padura – Diria que é diferente. Mas isso, claro, depende do ponto de vista de quem analisa. Para os milionários de antes da revolução, a situação certamente piorou. Para os camponeses, que tinham a barriga cheia de parasitas, a situação melhorou muito. Então, tudo é relativo. Em geral, considero que a revolução foi um processo progressista muito importante. O grande problema continua sendo a opção econômica. Não funcionou. Claramente não funcionou. E antes que me pergunte, é certo que o embargo econômico liderado pelos Estados Unidos desde os primeiros anos contribuiu muito para a deterioração de Cuba. Mas não só. Houve erros internos também que podiam ter sido evitados. Também houve muitos erros em relação às liberdades individuais, em relação às minorias. Ninguém me contou, eu presenciei isso: há poucos anos, o simples ato de praticar yoga era visto como um desvio contrarrevolucionário, como um problema ideológico. Mas a situação social melhorou, sem dúvida. A discriminação racial desapareceu. Não o racismo, que é uma questão mais pessoal ou espiritual, mas a discriminação, essa não existe mais. A discriminação contra a mulher também desapareceu. Hoje em dia, seis de cada dez universitários são mulheres. E o mesmo se passa no mercado de trabalho. Atualmente, também há casamentos gays em Cuba, embora não sejam oficializados.



"Para os milionários de antes da revolução, a situação certamente piorou. Para os camponeses, que tinham a barriga cheia de parasitas, a situação melhorou muito. Então, tudo é relativo. Em geral, considero que a revolução foi um processo progressista muito importante"

EC – Em *O Homem...* aparece nitidamente uma certa simpatia do narrador pela figura de Trotski, injustiçado pela oficialidade soviética depois da ascensão de Stálin. O que teria ocorrido se a história tivesse reservado outro destino à revolução soviética?

Padura – Bom, as críticas de Trotski ao regime soviético são essencialmente as mesmas que tenho em relação a Cuba. Trotski sempre foi um revolucionário marxista. Mas, também, é preciso reconhecer que era muito fácil se colocar publicamente nessa posição porque seu antagonista era ninguém menos que Stálin, um contrarrevolucionário antimarxista. Era um ditador voluntarioso, apenas isso. Mas saber o que teria se passado no caso de se inverter a posição dos comandantes pós-Lenin? Eu creio que, no final das contas, ambos foram parecidos, mas com uma diferença fundamental: Stálin matou 20 milhões de pessoas quando estava no poder; Trotski, por sua vez, havia se dado conta que matando um milhão de pessoas conseguiria o mesmo resultado.

EC – O senhor vê com preocupação os avanços conservadores na política mundial?

Padura – Com certeza. Vejo com muita preocupação. Sou um defensor das liberdades individu-

ais e um crítico da distorção que se faz com o termo "liberal", apropriado pelos conservadores para identificá-los com políticas democráticas. As crises econômicas, a história nos mostra isso, e demonstrou da última vez de uma maneira terrível no final dos anos de 1920, proporcionaram o surgimento do fascismo na Itália e do nazismo na Alemanha. Essa preocupação é bastante presente.

EC – Nos últimos meses o senhor esteve envolvido com as adaptações de seus primeiros livros para o cinema e a televisão. Qual a diferença em relação à literatura?

Padura – Elaborar roteiros é um trabalho criativo também, mas que tem uma estrutura diferente do romance. A literatura é solitária. O filme não, necessita do diálogo com diretores e produtores. E na Europa e na América Latina, a lista de quem produz um filme nunca baixa de 25 pessoas! Quem tem a última palavra na verdade são eles. Agora mesmo estamos negociando a cessão dos direitos de *O Homem que Amava os Cachorros* para o cinema. A produção, que deve começar a ser rodada dentro de um ano, deverá ser francesa e norte-americana. Mas nesse roteiro eu não quero tomar parte de jeito nenhum. É uma história muito difícil de se contar.

EXTRAPAUTA

PORTO ALEGRE

Plano Municipal retrocede nas questões de gênero

Foto: Ederson Nunes/CMPA



Sessão foi marcada por manifestações vindas das galerias para que as questões de gênero fossem mantidas no

A texto pôs mais de 10 horas de votação, em uma sessão marcada pela polêmica em torno da inclusão da identidade de gênero nas escolas, a Câmara de Vereadores de Porto Alegre aprovou, na madrugada do dia 25 de junho, projeto de lei do Executivo que institui o Plano Municipal de Educação (PME). A votação teve momentos de tensão nas galerias do Plenário Otávio Rocha, entre professores e representantes de entidades de defesa dos direitos de minorias e religiosos; e também entre os vereadores. O ponto mais polêmico foi a meta 23, que abrange as políticas curriculares para garantir o direito à diversidade e identidade de gênero. O ensino sobre identidade de gênero acabou excluído do PME pelos vereadores com a aprovação da emenda 5 apresentada por parlamentares por 15 votos a 11. Manifestantes promoveram um “beijado gay” em repúdio à decisão. Três requerimentos de renovação de votação de emendas ao projeto feitos por vereadores foram rejeitados pelo Plenário. Fernanda Melchionna (PSOL) pediu nova votação de emendas para incluir a determinação de que a escola faça promoção dos

princípios do respeito dos direitos humanos, com ações voltadas ao combate à intolerância religiosa, preconceito contra a população LGBT, racismo e machismo; formação de professores nas questões de gênero, diversidade sexual e orientação sexual e o combate ao preconceito a pessoas LGBTs e mulheres. Requerimento de Cláudio Janta (SDD) pediu a inclusão de entidades no Conselho Municipal de Educação. Já Jussara Cony (PCdoB) defendeu a revisão de conceitos como “ênfase nos valores morais e éticos” e a “valorização da família como o mais importante meio de educação, na formação e estruturação da sociedade”. “Essa é uma realidade que existe na escola. Tem homossexuais, travestis, transexuais, tem gravidez na adolescência na escola. E nós temos que ter políticas para formar professores para tratar desses assuntos”, defendeu Fernanda Melchionna.

DISTORÇÃO – O projeto original do PME, construído com a participação de entidades e profissionais ligados à educação, foi alterado por mensagem retificativa pelo Executivo, o que provocou o repúdio de professores e entidades que participaram

da elaboração do texto. “O Sindicato dos Professores participou intensamente dos debates e elaboração do PME e considera uma arbitrariedade do Executivo essa alteração, desconsiderando o debate prévio que foi feito pela sociedade civil”, critica Glória Biten-court, diretora do Sinpro/RS. As diretrizes do PME são a erradicação do analfabetismo; a universalização do atendimento escolar; a superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual; a melhoria da qualidade da educação; a formação para o trabalho e para a cidadania; a promoção do princípio da gestão democrática da educação pública; a promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do país; o estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade; a valorização dos profissionais da educação; e a promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

“...porque é mulher, pois se fosse homem mostrava o...”

O vereador Nereu D’Ávila (PDT) perdeu de vez o decoro em um dos momentos mais tensos da votação do PME, durante os debates sobre questões de gênero na escola. A vereadora Mônica Leal (PP), que argumentava pela exclusão do ensino sobre identidade de gênero do texto do PME, acabou deixando a tribuna em meio a vaias e palavras de ordem da plateia por “mais democracia”. Em meio à confusão, D’Ávila e outros vereadores chegaram a pedir que a sessão fosse suspensa. Percebendo a manobra, a vereadora Jussara Cony (PCdoB) ocupou a tribuna para propor a continuidade da votação, mas foi interrompida pelos gritos do pedetista. O início dos impropérios gravados pela TV Câmara está inaudível, mas é possível ouvir parte da provocação: “a vereadora (...) porque é mulher, pois se fosse homem mostrava o pau aqui”. A assessoria da vereadora afirmou que irá interpor a Comissão de Ética da Câmara sobre a postura desrespeitosa e violenta de D’Ávila. Para Jussara, “não tomar as medidas cabíveis seria conivência com esse tipo de agressão às mulheres que ocupam espaços políticos”.



Foto: Reprodução/TV Câmara POA

Pátria Educadora:

concepções em conflito



Foto: Roberto Stuckert Filho/PR

Lema do segundo mandato de Dilma Rousseff, questão estratégica para o país, o *slogan* publicitário é também alvo de críticas dentro e fora nas trincheiras aliadas do governo federal

► Por Flavio Ilha

extraclasse@sinprors.org.br

Desde que inaugurou seu segundo mandato em janeiro deste ano que a presidente Dilma Rousseff tenta, em vão, desfazer as desconfiças em torno do lema principal do governo. E nem a escolha de uma autoridade no tema – o professor Renato Janine Ribeiro comanda o Ministério da Educação (MEC) desde o início de abril – serviu para acalmar os ânimos das comunidades educacionais sobre a qualidade da educação no país. Afinal, *Brasil, Pátria Educadora* é um lema para ser levado a sério ou apenas uma boa frase para propagandas de televisão?

E a principal crítica dos educadores está na

estratégia do próprio governo em lidar com o assunto. Coube ao ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) da presidência, Otávio Mangabeira Unger, elaborar em abril a minuta do projeto básico do programa – o documento, que ainda está aberto a críticas e sugestões, lançou as bases sobre as políticas de reformulação da educação básica no país sob quatro eixos: organização da cooperação federativa na educação, reorientação do currículo e da maneira de ensinar e aprender, qualificação e valorização de diretores e professores e aproveitamento das novas tecnologias.

Desde então, o conjunto de sugestões batizado

como Pátria Educadora: A Qualificação do Ensino Básico como Obra de Construção Nacional tem sido alvo de críticas duras por parte da comunidade escolar. Para a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), a diretriz do programa deveria se concentrar apenas no cumprimento integral da Lei 13.005, que instituiu o Plano Nacional de Educação (PNE) em junho do ano passado. O PNE traça 20 metas e 254 estratégias para o setor até 2024.

“O Pátria Educadora da Secretaria de Assuntos Estratégicos é um documento muito complicado. Alguns temas não têm relação alguma com o PNE,

como propor carreira para professores sem mencionar os demais trabalhadores em educação que são contemplados pelo plano. Qual a diretriz que vale?”, questiona o presidente da CNTE, Roberto Leão.

O documento originado na SAE, segundo o ministro Mangabeira Unger a pedido da presidente Dilma Rousseff, lista uma série de ações para que o *slogan* do governo seja colocado em prática. Entre elas está o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) *on-line*, a utilização de tecnologias, sobretudo vídeos e softwares interativos, em sala de aula, a criação de centros de qualificação avançada para formar profes-

sores e uma variante do Programa Universidade para Todos (ProUni), o Profaped, que se destinará a conceder bolsas de estudo a estudantes que ingressem nos cursos de Pedagogia e de licenciatura.

Estabelece, ainda, que os diretores de escolas com desempenho insatisfatório receberiam apoio e orientação. Em último caso, seriam afastados e substituídos por meio de intervenção. O texto propõe também a criação de escolas federais de referência, as escolas Anísio Teixeira, que servirão como “espaço privilegiado para o experimentalismo pedagógico”.



O ministro da Educação, Renato Janine, na Comissão de Educação do Senado fala sobre os cortes na Educação

CNTE pede revisão das prioridades

Em uma carta aberta à comunidade pedagógica, a CNTE classificou a proposta como um “retrocesso” e reivindicou a revisão de ações indicadas como prioritárias. “Embora haja coerência de parte do diagnóstico do projeto Pátria Educadora com as ações indicadas no PNE (regime de cooperação, valorização profissional, ênfase na aprendizagem dos estudantes), sua abrangência é limitada e as concepções de algumas políticas e ações indicadas como prioridades revelam retrocessos no debate educacional e precisam ser revistas”, destaca o documento.

Entre as críticas está o próprio conceito de qualidade de educação expresso pela SAE, que segundo a CNTE “contrapõe frontalmente a proposta da Conferência Nacional de Educação, aquela que caminha em sintonia com as demandas da comunidade, do país e que mantém estreito elo entre o Estado, a Escola e a Sociedade visando alcançar uma educação inclusiva, plural, democrática, gratuita, laica e solidária”. A carta também chama a atenção para a “linha de meritocracia” contida na proposta e o viés da oferta educacional seletiva, por meio de incentivo à formação de “ilhas de excelência” no sistema federal de ensino com a criação das Escolas Anísio Teixeira.

“É uma ação desnecessária, tendo em vista o estágio de qualidade em que se encontram as Escolas Técnicas e os Institutos Federais de Educação integrantes da rede federal de educação profissional e tecnológica em relação às demais redes públicas do país”, completa Leão.

“Documento precisa dialogar com o PNE”

O coordenador-geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Daniel Cara, engrossa as críticas. Para ele, a proposta do governo precisa contemplar o Plano Nacional de Educação. “O documento precisa ter mais diálogo com o PNE, essa era a nossa expectativa quando a presidente anunciou o lema Pátria Educadora. Para dar certo, essas políticas dependem fortemente da sua implementação inicial. Mas com essas divergências, o caminho para que dê certo é mais tortuoso”, diz.

“A gente já sabe, já debateu, é ponto pacífico entre os especialistas que as escolas federais existentes são ótimas. Surpreende um pouco esse tipo de proposta. Revisei o documento e a grande dúvida que ficou é: que lugar ele ocupa na política nacional de educação? Qual o propósito desse esforço fora do Ministério da Educação?”, questiona a coordenadora-geral do movimento Todos pela Educação, Alejandra Velasco.

No campo político também houve críticas severas à proposta de Mangabeira Unger. O deputado federal Paulo Pimenta (PT/RS) diz que o documento da SAE ignora a mobilização e as deliberações das Conferências Nacionais de Educação de 2010 e de 2014 e “afronta” a legislação para o setor ao desconsiderar a trajetória política de construção do PNE.

“Orientado por uma visão pragmática que desconsidera a relação entre educação, democracia e cidadania, o projeto utiliza os parâmetros de competência estabelecidos internacionalmente e, com base nos resultados obtidos por meio de provas padronizadas,

conclui que a nossa situação é dramática. É uma análise reducionista acerca dos conflitos que caracterizam a educação, que não situa o processo histórico de exclusão e de desigualdades”, diz o parlamentar.

O deputado, que é presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara, vai mais longe. Acusa a proposta de ser excludente em relação a alunos com dificuldades de aprendizagem e tacha o documento como “superficial”. Para Pimenta, o texto produzido pela SAE “descamba para o preconceito” em relação à educação pública e se refere aos estudantes “de forma pejorativa” ao utilizar a expressão “barreiras pré-cognitivas” para qualificar o problema da aprendizagem na superação da ignorância do meio social.

A SAE, por meio de nota técnica assinada pelo ministro, procurou esclarecer “algumas divergências” relativas à proposta. Em relação ao PNE, Mangabeira Unger diz que se trata de uma “leitura-arcaica” que “invoca conceitos abstratos sem lhes dar conteúdo institucional”.

Também nega o caráter intervencionista da proposta. “Em nenhum momento sugere a intervenção federal. Prevê cooperação federativa para socorrer escolas com desempenho inaceitável. Num primeiro momento, o socorro viria de quadro de orientadores recrutados de todos os três níveis da Federação. Em segundo momento, a cooperação atuaria por meio de órgãos transfederais, compostos por representantes do governo federal, dos estados e dos municípios”, justifica o ministro.

Mangabeira Unger se defende das críticas a sua proposta

Mangabeira Unger igualmente ataca, de forma retórica e irônica, as críticas de que sua proposta é preconceituosa em relação a estudantes de extratos sociais excluídos ou em vulnerabilidade social.

“O mundo não é como gostaríamos que fosse”, escreve o ministro. “O estudo empírico comprova, de maneira inequívoca, que numa sociedade de classes, como são todas as sociedades contemporâneas, formas de consciência e de comportamento importantes para o aproveitamento escolar não estão igualmente acessíveis a crianças de todas as classes. Tais efeitos da estrutura de classes exigem respostas, como estreitamento do vínculo entre a escola e a família e a organização cooperativa da educação, com base em equipes de alunos e de

professores. Homenagens ao politicamente correto não resolvem o problema”, defende-se.

Também em nota, o Ministério da Educação (MEC) informa que está “debruçado sobre as metas do PNE” e que “qualquer contribuição, seja da sociedade, do governo ou de entidades, é bem-vinda”. Segundo o ministério, o ministro Mangabeira Unger é “um grande pensador que contribuirá muito para o projeto de educação do governo federal”.

Além disso, informa que já trabalha em parceria com os estados e municípios no sentido de dar assistência às escolas e redes que tenham piores resultados no Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica).



Roberto Mangabeira Unger na Comissão de Educação de debate sobre o tema Pátria Educadora

Plano é aprovado na Assembleia com 36 emendas do governo estadual

Debate sobre identidade de gênero ofusca aprovação do Plano Estadual de Educação (PEE) com propostas conservadoras que retiraram as questões identitárias do texto



Foto: Stephanie Gomes/Agência ALRS

► Por Flávio Ilha

extraclasse@sinprors.org.br

O governo gaúcho apresentou 36 emendas supressivas ao Plano Estadual de Educação, votado na sessão do dia 23 de junho na Assembleia Legislativa, e conseguiu retirar do texto todas as referências ao direito de identidade de gênero que constavam no documento original. As supressões foram aprovadas em plenário, sob protestos da oposição.

A discussão acabou ofuscando a aprovação do Plano, que contém 20 metas importantes para a educação, como a erradicação do analfabetismo, a gestão democrática da educação pública, a valorização dos profissionais e o respeito aos direitos humanos, à orientação sexual, à diversidade e sustentabilidade ambiental e às escolhas religiosas.

O projeto de lei, apresentado em dezembro de 2014 pelo governo de Tarso Genro (PT), previa políticas pedagógicas de valorização e respeito aos grupos identificados como LGBTs nas escolas, incluindo conteúdos curriculares sobre o tema e ações afirmativas, como espaços compartilhados para os estudantes. A expressão “identidade de gênero” estava presente em 14 artigos do texto.

O Plano Estadual de Educação estabelece dire-

trizes para a área nos próximos dez anos (2015/2025). Elaborado ao longo de dois anos pelo Fórum Estadual da Educação, colegiado que reuniu 38 representantes do governo estadual, do Legislativo e da sociedade civil, o documento continha mais de 480 itens quando chegou à Assembleia, em dezembro de 2014.

O secretário estadual de Educação, Vieira da Cunha, acompanhou pessoalmente a sessão e negociou a apresentação das emendas para retirar as referências à questão de gênero. Com o plenário lotado de ativistas, tanto em defesa das políticas em favor da comunidade LGBT quanto de representantes de igrejas evangélicas, a discussão foi tensa, com vaias de lado a lado. No final, o governo conseguiu suprimir os trechos considerados “indevidos”.

“As emendas aprovadas alinharam nosso documento ao Plano Nacional de Educação, que não faz menção à questão de gênero. A escola não precisa e não deve ensinar a uma criança de quatro ou cinco anos o que é isso. Somos a favor da liberdade, mas com cada um cuidando de si”, justificou o líder do governo na Assembleia, Alexandre Postal (PMDB).

Durante a votação, que durou mais de 6 horas, houve teses para todos os gostos. A deputada Zilá

Breitenbach (PSDB) afirmou que as mudanças propostas pelo governo atendiam “aos apelos da sociedade”, já que o plano seria detalhista demais em relação a questões sexuais. “É preciso respeitar o bom senso suprimindo a questão de gênero, da ideologia de gênero. Isso foi criado para destruir a família”, disse da tribuna.

O deputado Tiago Simon (PMDB), por sua vez, afirmou que havia uma preocupação legítima por parte dos deputados com o que chamou de “excessos” da identidade de gênero. “O masculino e o feminino são verdades científicas. Mas com essa ideologia de gênero, não há mulher, não há homem, é uma confusão só da qual as crianças precisam ser preservadas”, bradou. Da galeria, devotos de igrejas evangélicas entoavam o mantra “família unida jamais será vencida”.

O gênero é um conceito que surgiu na década de 1970 para distinguir as dimensões biológica e social na construção da identidade sexual. Enquanto o sexo seria designado no nascimento, o gênero seria uma construção social vinculada à percepção do indivíduo em relação à sua sexualidade. Assim, a discussão frequentemente emerge em temáticas ligadas à garantia dos direitos de transexuais, travestis ou transgêneros – que ainda enfrenta inúmeras barreiras na sociedade.

Ideário cristão *versus* ideologia de gênero

Já o termo ideologia de gênero foi cunhado em 2010 pelo advogado argentino Jorge Rafael Scala. Ele escreveu o livro *Ideologia de Gênero: Neototalitarismo e a Morte da Família*, publicado no Brasil pela editora católica Katechesis – ligada à ala mais conservadora da Igreja. Scala é um conhecido militante antiaborto e antidivórcio, tendo também atuação destacada em campanhas que tentam restringir os direitos legais dos homossexuais. Além disso, é o líder da conservadora Associações Unidas por um Mundo Melhor (AUMM), com sede em Córdoba.

Em junho, uma semana antes da votação em plenário, a seção regional da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) e a Arquidiocese de Porto Alegre enviaram aos deputados gaúchos um documento conjunto em que atacavam os itens do Plano que garantiam a diversidade de gênero nas escolas públicas. A carta também foi remetida aos vereadores de 29 cidades sob sua jurisdição, onde há planos municipais em tramitação.

O documento, assinado pelos principais líderes católicos do Rio Grande do Sul, advertia para os riscos da introdução de uma “ideologia de gênero” nos planos em tramitação, que devem ser cadastrados no Ministério da Educação até a próxima quarta-feira. Os religiosos reclamaram que foram “pegos de surpresa” com a inclusão de itens que, segundo a Igreja, “desconstroem valores consagrados pela família”. O documento também acusava o Plano de distorcer o conceito de homem e mulher. Segundo os bispos, a “ressignificação antropológica” dos papéis masculino e feminino não deve ter “reconhecimento oficial”.

RETROCESSO - O deputado Pedro Ruas (Psol) lamentou a retirada de referências ao conceito de identidade de gênero, considerada por ele como um “retrocesso”. “Estamos abolindo aqui um direito que é consensual em termos universais. Ensinar respeito às diferenças e contra o preconceito e afirmar a inclusão é uma das tarefas primordiais da escola”, criticou o parlamentar.

O arcebispo de Porto Alegre, Dom Jaime Spengler, justificou a pressão exercida sobre o projeto pela Igreja Católica no que se refere à sexualidade. “Nossa intenção, ao redigir e divulgar a carta, foi que se abrisse o debate para as verdadeiras partes interessadas, que são os pais dos estudantes. São eles que têm a primazia sobre a educação dos filhos, especialmente no que tange à moral e ao sexo”, justificou.

O religioso sustenta que o Plano Nacional de Educação, aprovado em junho do ano passado, não faz menção à adoção da promoção da identidade de gênero como diretriz geral a ser adotada no sistema público.



Foto: Marcelo Bertani/Agência ALRS

Mudanças ignoram três anos de debate

A presidente do Conselho Estadual de Educação e diretora do Sinpro/RS, Cecília Farias, reagiu à alteração do documento, debatido em mais de uma dezena de audiências públicas desde 2013. “A discussão foi plural, coletiva e democrática. Por isso as questões contra o preconceito apareceram de forma tão clara. Há uma dívida histórica da legislação sobre as diferenças de gênero, que existem e precisam ser respeitadas. As iniciativas contrárias a isso são desproporcionais”, criticou.

Os planos estaduais e municipais de Educação fazem parte do Plano Nacional de Educação (PNE). Entre outras metas, prevê a existência, num prazo de dois anos, de planos de carreira para os profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de carreira dos profissionais da educação básica pública, o piso salarial nacional profissional como referência – o que em tese desobriga o cumprimento da lei federal que instituiu o vencimento. Também determina que os investimentos em educação devem alcançar 7% do Produto Interno Bruto (PIB) até 2020, chegando a 10% em 2025. A lei do Plano Estadual de Educação foi sancionada no dia 25 de junho pelo governador José Ivo Sartori (PMDB).



ORIENTAÇÕES SOBRE
Prevenção da
Hipertensão e Diabetes

Viva Bem Unimed

Dicas para prevenção de hipertensão e diabetes

A Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS) e o Diabetes Mellitus (DM) são doenças crônicas muito frequentes, constituindo sérios problemas de saúde pública. A hipertensão é o principal fator de risco para as doenças cardiovasculares, como insuficiência cardíaca e coronária, acidentes vasculares cerebrais e infarto do miocárdio. O diabetes não tratado



a de q u a d a m e n t e ocasiona complicações que podem se tornar irreversíveis, tais como nefropatia diabética, neuropatia diabética, retinopatia diabética, pé diabético, infarto do miocárdio e acidentes vasculares cerebrais.



A melhor forma de prevenir essas doenças é mudar seu estilo de vida:

- Pratique atividade física todos os dias.
- Mantenha o peso ideal, evite a obesidade.
- Adote alimentação saudável: pouco sal, sem frituras, e com mais frutas, verduras e legumes.
- Prefira sempre os alimentos naturais.
- Abandone o cigarro.
- Consulte o médico regularmente.
- Evite o estresse. Tenha tempo para a família, os amigos e o lazer.

Para mais dicas de bem-estar, acesse nosso blog:
bemestar.unimedpoa.com.br.

ANS - nº 352501



unimedpoa



@unimedpoa



unimedpoa.com.br

0800 510 4646



APARTE / MARCO AURÉLIO WEISSHEIMER

Casa Comum: a histórica encíclica ecológica do Papa

Pela primeira vez na história, o líder máximo da Igreja Católica divulgou um documento oficial tratando das mudanças climáticas e dos riscos que elas trazem para a vida no planeta Terra. A encíclica de 190 páginas, intitulada *Laudato Si'* (Louvado Seja) – *Sobre o Cuidado da Casa Comum*, foi divulgada dia 18 de junho e já está desagradando setores conservadores dentro e fora do Vaticano. As encíclicas são documentos papais que são distribuídas aos bispos do mundo inteiro e, daí, para todos os fiéis da Igreja Católica. No documento divulgado agora, o papa Francisco apresenta argumentos científicos, teológicos e morais para a elaboração de medidas de enfrentamento das consequências das mudanças climáticas. Ele classifica essas medidas como “urgentes e inadiáveis” e define a destruição progressiva da natureza como um sinal de crise ética, cultural e espiritual da civilização humana.

Alguns dos principais pontos do documento deixam claro a reação conservadora contra o mesmo:

Civilização industrial e catástrofe ecológica

Crescemos a pensar que éramos proprietários do planeta Terra e dominadores, autorizados a saqueá-lo. A crise ambiental que vivemos hoje é consequência dramática da atividade descontrolada do ser humano. Por meio de uma exploração sem limites da natureza, o ser humano começa a correr o risco de destruir e de vir a ser, também ele, vítima dessa degradação. Estamos diante da possibilidade de uma catástrofe ecológica sob o efeito da explosão da civilização industrial, o que exige de nós uma mudança radical de comportamento.

O sentido da natureza e do humano

Os progressos científicos mais extraordinários, as invenções técnicas mais assombrosas, o desenvolvimento econômico mais prodigioso, se não estiverem unidos a um progresso social e moral, voltam-se necessariamente contra o homem. O ser humano parece não se dar conta de outros significados do seu ambiente natural, para além daqueles que servem somente para os fins de um uso ou consumo imediatos.

É preciso mudar modelo de produção e consumo

Toda a pretensão de cuidar e melhorar o mundo requer mudanças profundas nos estilos de vida, os modelos de produção e de consumo, nas estru-

ras consolidadas de poder, que hoje regem as sociedades. O progresso humano autêntico possui um caráter moral e pressupõe o pleno respeito pela pessoa humana, mas deve prestar atenção também ao mundo natural e ter em conta a natureza de cada ser e as ligações mútuas entre todos, num sistema ordenado.

O aquecimento global é real

Se não forem tomadas medidas urgentes para frear o aquecimento global, o volume de água potável cairá, a agricultura ficará prejudicada e plantas e animais serão extintos. A elevação do nível do mar pode acabar inundando algumas das cidades mais populosas do mundo. O aquecimento global é real e resultado da ação do homem.

Países ricos têm dívida ecológica com os países pobres

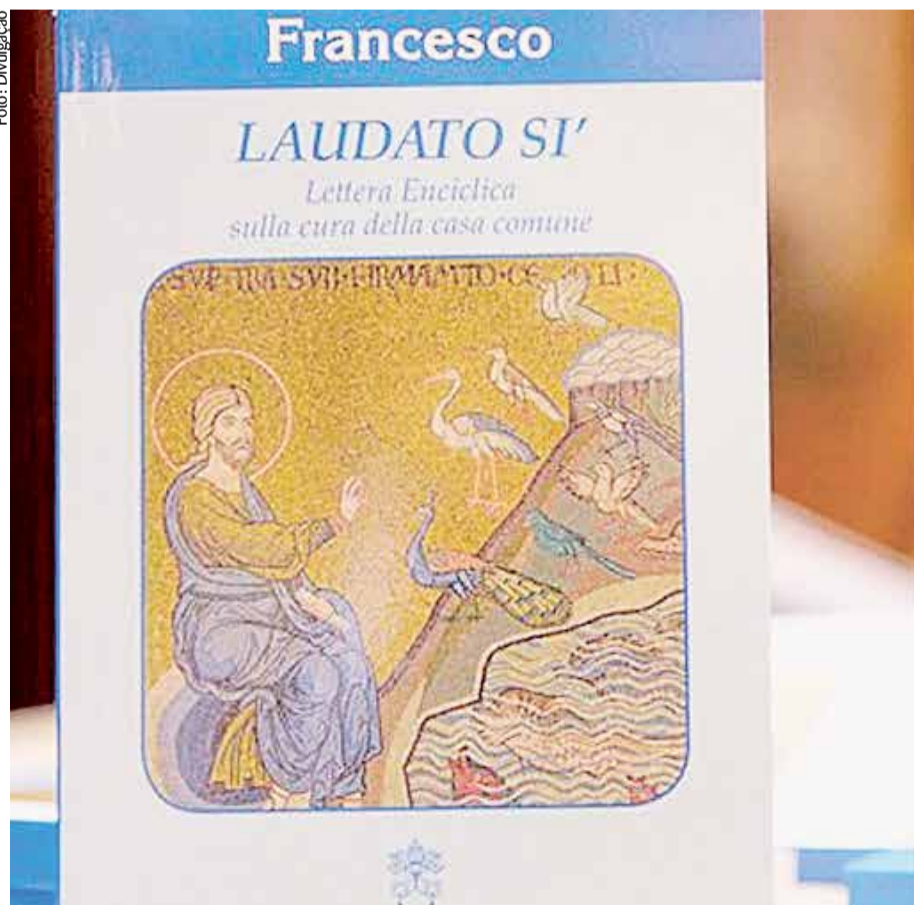
Os países em desenvolvimento estão à mercê das nações industrializadas, que exploram seus recursos para alimentar sua produção e consumo, numa relação estruturalmente perversa. O crescimento econômico não é a receita para a solução da fome, da pobreza e da recuperação do meio ambiente. Esse é um conceito mágico do mercado, que serve a outros interesses.

É preciso eliminar as causas estruturais das disfunções da economia mundial e corrigir os modelos de crescimento que parecem incapazes de garantir o respeito do meio ambiente. O mundo não pode ser analisado concentrando-se apenas sobre um dos seus aspectos, porque o livro da natureza é uno e indivisível, incluindo, entre outras coisas, o ambiente, a vida, a sexualidade, a família, as relações sociais.

Mobilização social para pressionar líderes políticos

Muitos dos que têm mais recursos e mais poder econômico e político estão concentrados principalmente em encobrir problemas ou sintomas, tentando apenas reduzir alguns impactos negativos de mudança climática. As pessoas devem se mobilizar, formar redes sociais para pressionar os líderes políticos e para ajudar aqueles que estão desabrigados ou desempregados por causa da mudança climática. Além disso, precisam começar a adotar com urgência pequenas mudanças nos hábitos diários, incluindo usar transporte público, pegar carona, plantar árvores, desligar luzes desnecessárias, economizar energia e não desperdiçar alimentos.

Foto: Divulgação





FRAGA

Adulterassões

A primeira menção sobre adulteração foi em Canaã, na Galileia. Ali, durante um casamento, vários cântaros de água potável foram adulterados com vinho. Ninguém denunciou o fato porque a adulteração era de ótima safra.

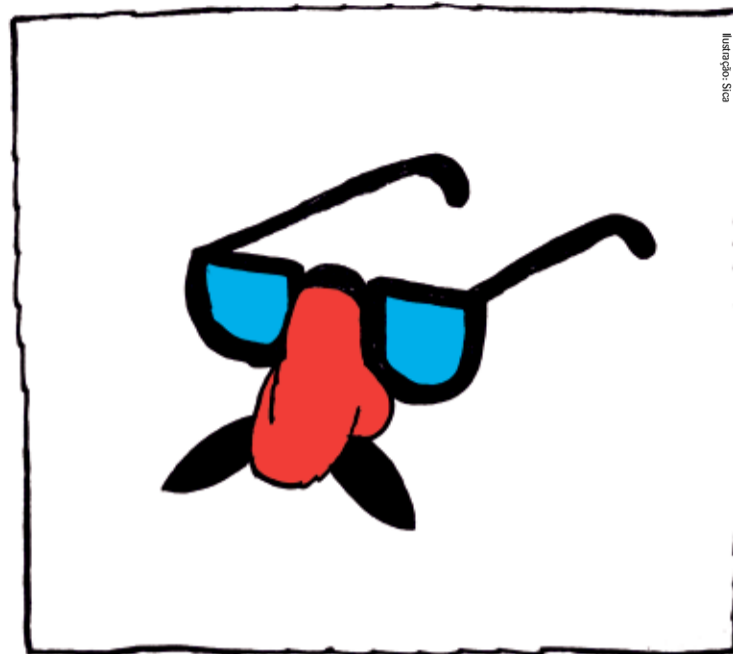
Não muito tempo depois, pouco longe dali, Cleópatra costumava tratar da aparência em banheira com leite de cabra. Há suspeitas de que, em época de cabras magras, as amas adulteravam o banho com leite de camela que, embora semelhante, não possui as mesmas propriedades embelezantes.

Antigamente, na França e na Itália, quando um lote da produção de queijo estragava, era jogado fora em cavernas. Aí estragava mais ainda e virava queijo tipo Roquefort ou Gorgonzola, conforme o país. Para apressar o processo, a receita da caverna foi adulterada com adição do fungo *penicillium*. Já os queijos gaúchos, são adulterados com uma combinação de dois fungos tipicamente brasileiros, o *ganancilium* e o *faltadefiscalizacilium*.

Quanto ao leite gaúcho, parece que até a sua adulteração anda sendo adulterada, sem que as autoridades sanitárias percebam. Dizem que agora a ureia é impura, o álcool vem batizado e o formol é reciclado após utilizado no IML.

Outra adulteração em bebidas ocorre na água mineral e no espumante nacionais. Neste, as bolhinhas são ovais em vez de redondas, por isso não mais sentimos cosquinhas ao beber. A água com gás geralmente é engarrafada com 50% de água sem gás. E a água ainda sofre adulteração pior: os níveis de cloreto de sódio são alterados tipograficamente nos rótulos. Como a perícia não enxerga nem tem paladar, fica por isso mesmo.

Graças à globalização, a China exporta adulteração de marcas e grifes desde R\$1,99, o que torna a adulteração chinesa altamente competitiva. Na terra do *fake* e do falso em escala monumental, é crime grave al-



guém produzir algo original, com design próprio: o cara pode ser condenado à prisão perpétua ou, caso haja muita honestidade envolvida na produção, à morte. Na China todas as cópias são autênticas, o que dá ao PIB chinês imensa autenticidade.

Adulterações são ruins para o organismo. Só adúlteros podem comer qualquer coisa adulterada que nunca passam mal, e não estamos nos referindo ao que comem nos motéis.

**Pessimismo é autorrecarregável.
Otimismo tem que trocar o refil a cada dia.**

FOTO: GLOBE

f /moveiscencioficial moveiscenci.com.br

Pai para toda hora

Agora você tem os instrumentos que precisa para ser um Super Pai. Durante os meses de julho e agosto, comprando nas lojas Móveis Cenci, você ganha um kit de ferramentas.

Procure a loja mais próxima!

Bento Gonçalves 54 3451.4877. Canoas 51 3785.8858. Caxias do Sul 54 3220.5000
Farroupilha 54 3412.5005. Flores da Cunha 54 3292.2254. Guaporé 54 3443.8377
Nova Bassano 54 3273.1933. Nova Pádua 54 3296.1532. Nova Prata 54 3242.1880
Novo Hamburgo 54 3036.2030. Passo Fundo 54 3601.5277. Porto Alegre 51 3012.0161
Sananduva 54 3343.3055. Santa Maria 55 3026.8555. Veranópolis 54 3441.4088

cenci
[ambientes transformadores]



Foto: Igor Speratto

MAIORIDADE PENAL

Obscurantismo na contramão dos fatos

Estatuto da Criança e do Adolescente completa 25 anos em meio a discussões que colocam em risco suas conquistas que ainda nem foram totalmente efetivadas

► Por Clarinha Glock

extraclasse@sinprors.org.br

O preço social da não implementação efetiva do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que completa 25 anos no dia 13 de julho, é altíssimo. Ele tem nome, cor e classe social. Os ativistas de movimentos sociais que na década de 1990 se mobilizaram para inserir na Constituição o artigo 227, que garante a defesa prioritária dos direitos dos jovens e lutaram pela aprovação do ECA, hoje se perguntam: “onde foi que erramos?” Por que, em pleno século 21, em um país governado por um Estado democrático, crianças e adolescentes, em sua maioria pobres e negros, quando não morrem assassinados, são apontados como os principais responsáveis pela insegurança e pela violência no Brasil? Uma explicação pode estar em campanhas feitas através de meios de comunicação tendenciosos que propagam

o medo e a violência, aproveitando a desinformação e a incompetência da sociedade e do Estado em fazer cumprir plenamente o ECA e a Constituição. No que depender da proposta de redução da maioridade penal, aprovada em votação na Câmara dos Deputados em 17 de junho de 2015 e que no dia 30 de junho vai à votação pelo plenário, há um risco iminente de regressão de conquistas históricas.

A discussão vai na contramão de experiências internacionais, como na Espanha e nos Estados Unidos, onde a redução da idade penal aumentou os índices de criminalidade entre os jovens. Outras leis buscam inclusive ampliar o ECA diante da tragédia que se abate sobre a juventude brasileira. Promulgada em 26 de junho de 2014, a Lei 13.010, que ganhou o nome de Lei Menino Bernardo, ou Lei da Palmada, estabeleceu sanções

administrativas para quem maltratar crianças e adolescentes, com previsões de políticas públicas e medidas para coibir a violência infantil. Bernardo Boldrini, que deu o nome à lei, tinha 11 anos e havia pedido ajuda para vizinhos, amigos e até para um juiz para sair de uma família que o hostilizava violentamente. Nem na escola encontrou a escuta e acolhida de que precisava. Seu corpo foi encontrado em abril de 2014 enterrado às margens de uma estrada em Frederico Westphalen, cidade localizada a cerca de 400 km da capital gaúcha. Os acusados pelo crime foram o pai de Bernardo, um médico respeitado com residência em Três Passos; a madrasta, que era enfermeira; uma amiga e o irmão dela. Todos de cor branca.

O detalhe da cor e da classe social é importante, porque se Bernardo fosse negro, ou pobre,

como Emanuel Vinícius Gonçalves Rocha, provavelmente sua morte não teria causado tanta repercussão. O relatório *Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência e Desigualdade Racial 2014* mostra que, em todos os estados brasileiros, com exceção do Paraná, os negros com idade de 12 a 29 anos correm mais risco de exposição à violência que os brancos na mesma faixa etária. No caso específico dos homicídios, o risco de uma pessoa negra ser assassinada no Brasil é, em média, 2,5 vezes maior que uma pessoa branca.

Faltou fazer o dever de casa

Depois de 25 anos de trabalho na área da infância e adolescência, a socióloga Graça Gadelha admite: “Faltou fazer o dever de casa”. Houve avanços, como a redução de indicadores da mortalidade infantil, por exemplo. “Mas temos déficits gravíssimos do ponto de vista da política da saúde, que não contempla a todos, sobretudo os mais vulneráveis, e também faltam políticas voltadas ao esporte, à cultura, ao lazer”, avalia. Na sua visão, a sociedade, a família e o poder público, de um modo geral, não estão fiscalizando e monitorando o cumprimento do Estatuto. O ECA prevê a corresponsabilidade do Estado, do poder público e da sociedade. Segundo Graça, o exercício dessa instância poderia estar dentro dos conselhos municipais, estaduais, do próprio Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. “De que forma nós estamos acompanhando o orçamento público? De que forma nós estamos criando mecanismos de participação dessa sociedade? Que tipo de eleitores somos?”, questiona.

A discussão sobre a redução da maioridade penal surge neste contexto. “O ECA foi construído num contexto democrático, em que os direitos sociais estavam na ordem do dia. O retrocesso com a discussão da redução da maioridade penal se dá no bojo de uma sociedade em crise, perplexa, que tenta negar os avanços históricos dos últimos anos”, analisa a professora Carmem Maria Craidy, assessora do Programa de Prestação de Serviços à Comunidade para adolescentes em medida socioeducativa e do Programa Interdepartamental para adolescentes e jovens em conflito com a lei da Ufrgs, e conselheira do Conselho Estadual de Educação. De um lado, diz Craidy, há uma população inserida no mercado de consumo, mais escolarizada, e que quer continuar a progredir, mas que encontra limites. De outro, estão as elites ameaçadas por uma população antes subalterna e que agora tem voz. Portanto, trata-se de

Praticamente um ano depois de Bernardo, os jornais publicaram a notícia de que Emanuel, de 12 anos, foi “abatido a tiros” no bairro Restinga, em Porto Alegre, em 30 de abril de 2015. Desde os seis anos, havia sido acompanhado na escola pelo Conselho Tutelar, assistência social, abrigos e Fundação de Atendimento Sócio-Educativo do Rio Grande do Sul (Fase). Todos falharam. Em suas passagens pelos equipamentos de proteção, os registros indicavam que o irmão mais velho de Emanuel havia sido morto a pauladas, que o garoto havia fugido de casa

para não apanhar do padrasto, que se envolveu com o tráfico e praticava pequenos furtos. Justamente por não ter cometido um delito mais grave, é que Emanuel ficou apenas 30 dias na Fase e voltou para as ruas em regime de semiliberdade. Ironicamente, se tivesse cometido um crime, talvez ainda estivesse vivo dentro da instituição. O destino de outras crianças como Bernardo e Emanuel poderia ter sido outro se, conforme prevê o artigo 227 da Constituição, seus direitos fossem respeitados desde muito antes, ainda na Primeira Infância.

uma crise mais social e política do que econômica: os primeiros querem continuar ascendendo, e isto provoca uma insegurança grande e um desejo de retroceder que é potencializado por grupos reacionários, como algumas igrejas, explica. “E há os políticos que tentam se aproveitar da situação, inclusive para fazer carreira, manipulando insatisfações, até para salvar a própria pele – 70% dos que votaram a favor da PEC 171 respondem a processos judiciais”, acrescenta.

Para Craidy, acredita que existe um misto de ignorância, manipulação, demagogia, oportunismo e má fé. As notícias sobre adolescentes em conflito com a lei geralmente ganham destaque a partir de um evento grave, polarizando as atenções. São atos extremos, condenáveis, que confundem a opinião pública. No entanto, o Mapa da Violência organizado pelo sociólogo Julio Jacobo Waiselfisz e Unesco deixa claro quem são as principais vítimas da violência: cerca de 70% dos jovens entre 15 e 25 anos de idade morrem por causas externas, sendo que 38% são assassinados. O número de assassinatos cometidos por jovens antes dos 18 anos de idade não chega a 1%. É uma juventude sem esperança, conclui Craidy. “Nos presídios brasileiros, mais de 50% têm menos de 30 anos. Desses, a maioria estudou, em média, até a 5ª série do ensino fundamental. Temos de dar uma resposta social, educacional e cultural para os jovens, e não encarcerar mais”, acrescenta. Graça Gadelha concorda. “O papel da escola é fundamental. A educação ainda está a anos-luz do ponto de vista de criação de processos que deem à população informações, capacitações na construção das suas habilidades socioemocionais e na sua capacidade crítica, para que esses jovens tenham um protagonismo político”. Para Graça, a fragilidade atual provocada pela discussão da redução de maioridade penal poderá servir para uma reflexão profunda e um retorno à indignação e ao exercício de cidadania.



Foto: Igor Sperotto

Quando o professor vem a Porto Alegre fica em casa.

A Casa do Professor é a referência de conforto para os associados do Sinpro/RS na capital. Nossos apartamentos são equipados com TV, micro-ondas, geladeira, ar-condicionado, sala de internet com wireless e todas as atrações que Porto Alegre oferece.



Reservas pelo telefone: (51) 4009-2988 ou pelo casadoprofessor@sinprors.org.br

SINPRO/RS
Sindicato Cidadão

EC ►

Um mundo de direitos a ser explorado sem intermediários

Jovens e crianças que discutem racismo, violência de gênero, igualdade social, na forma de músicas, em programas de rádio e televisão, em blogs, sites e jornais virtuais ou impressos, em que eles/elas mesmos são protagonistas. Assim são os projetos e trabalhos de educomunicação, que unem a educação e a comunicação para provocar mudanças, interferir na realidade e gerar questionamentos, onde todos aprendem com todos – professores, alunos, familiares, comunidade. E onde o processo de elaboração e criação, através dos mais diversos meios de comunicação, é, por si só, um aprendizado e uma forma de conscientização para lutar contra preconceitos e estigmas.

No seminário sobre o papel da mídia na difusão de direitos humanos promovido pela Andi em Brasília, Carlos Mamani Jiménez apresentou os Eco Jóvenes da Bolívia, que no programa de rádio *Radar Juvenil* apresentam de maneira divertida informações sobre como ir atrás de seus direitos.

No *VI Encontro Brasileiro de Educomunicação* realizado em Porto Alegre, na PUCRS, entre 10 e

12 de junho de 2015, a professora da Universidade Federal do Mato Grosso Naine Terena de Jesus, que traz no nome a identificação de seu povo indígena, explicou como as novas tecnologias estão presentes na vida dos jovens indígenas que habitam no Mato Grosso, seja através dos blogs como nos perfis do Facebook. “Os indígenas se apropriam do audiovisual e das redes sociais provavelmente porque são povos orais, e têm mais facilidade com imagens e som”, disse Naine em sua apresentação. É também uma forma de militância. “Porque ainda somos invisíveis – indígena só aparece na televisão quando está fazendo uma manifestação, atrapalhando o ‘progresso’; ou no dia do índio, e aí aparece como um ser folclórico, que vive na mata, pescando”, critica. “Os terenas têm contato com a tevê, mas não se veem representados”. Ao assumir os meios de comunicação, levam sua história para dentro da sala de aula e contam como foram importantes, por exemplo, durante a Guerra do Paraguai, preenchendo uma lacuna existente nos livros didáticos.



Imagens de TV mostram PM da Ronda Ostensiva com Apoio de Motocicletas (Rocam) em 23/6, em São Paulo, atrás de duas pessoas que estavam em outra moto. Os suspeitos, adolescentes de 16 e 17 anos, teriam roubado o veículo em que estavam momentos antes de a cena começar a ser filmada. O apresentador da Record diz, "se atirou, faz muito bem", e lamenta apenas quando a árvore atrapalha a visão da câmera no momento em que os menores são alvejados

Pesquisas botam o dedo na ferida: está na hora do *mea culpa* da mídia

Quando, há 21 anos, a jornalista Âmba de Barros criou a Agência de Notícias dos Direitos da Infância (Andi) depois de tomar conhecimento, pelo Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, que mais de uma criança era assassinada por dia no Brasil, seu objetivo era dar visibilidade a um extermínio silencioso da infância brasileira. Âmba tornou-se voluntária do Movimento e engajou-se na luta pelo ECA. “Hoje temos que repensar as estratégias porque, com as novas tecnologias, a situação mudou. O papel dos grandes veículos de comunicação continua sendo de formadores de opinião – eles criam o senso comum que as pessoas repetem sem se questionar – mas essa mídia precisa abrir espaço para argumentos e fatos. Não está fazendo isso, porque a discussão está partidária”, analisa Âmba. A solução, a seu ver, passa pela educação. “Só uma pessoa com anos de bom estudo, capaz de pensar por si próprio, de ter uma visão crítica

sobre as informações que chegam das mais diversas formas, é capaz de exercer a verdadeira cidadania”.

A Andi cresceu, tornou-se Andi – Comunicação e Direitos e, no seminário de comemoração de sua maioridade, intitulado *A mídia brasileira e os direitos humanos: avanços e desafios*, realizado de 10 a 12 de junho de 2015 em Brasília, colocou em pauta um tema tabu nos meios de comunicação: as violações de direitos pela mídia brasileira.

Durante o seminário, a Andi lançou os dois primeiros volumes do *Guia de Monitoramento* com ferramentas para identificar essas violações e refletir sobre maneiras de coibir seu avanço. Após análise de 30 programas “policialescos” de rádio e televisão, em dez capitais brasileiras, que promovem a espetacularização dos fatos narrados, reforçando a cultura do medo e da repressão, foram identificadas violações como desrespeito à presunção da inocência, incitação de crime e

violência, exposição indevida de pessoas, identificação de adolescentes em conflitos com a lei, violação do direito ao silêncio, tortura psicológica e tratamento desumano ou degradante. Acionado por organizações da sociedade civil como a Intervozes, o Ministério Público tem entrado na Justiça contra os meios de comunicação que praticam essas violações, já que mecanismos de autorregulação, que deveriam ser usados pelos próprios meios, são insuficientes na prática.

O impacto das mensagens violentas sobre o universo infanto-juvenil e as medidas passíveis de serem tomadas foram avaliados pelos convidados do seminário. “Há uma ausência de reflexão, e a mídia contribui para isso com a espetacularização, com o entretenimento superficial, com o consumismo desenfreado”, afirmou Erika Kokay (PT/DF), deputada titular da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados. A deputada federal Maria do Rosário (PT/RS), ex-secretária da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, acrescentou: “Os programas sensacionalistas construíram na sociedade brasileira uma distorção da imagem de quem são nossas crianças e jovens. E colhem hoje talvez a vitória de uma legislação retrógrada. Prometem que as medidas tomadas, que rasgam a Constituição de direitos fundamentais, darão fim à violência. Pois se fossem os adolescentes brasileiros os responsáveis pela violência letal ocorrida no Brasil – não o são –, ainda assim não colheriam a paz com esta medida”. Para Celso Schröder, presidente da Federação Nacional dos Jornalistas, é preciso aprovar com urgência um marco regulatório da mídia: “Temos a obrigação de atribuir à mídia a dimensão pública que deve ter”.



Tema foi discutido em seminário que comemorou os 21 anos da Andi, no mês de junho, em Brasília

Foto: Milla Perillo/ANDI

*Clarinha Glock participou do seminário Andi 21 anos: A mídia brasileira e os direitos humanos: avanços e desafios, em Brasília, a convite da Andi.

O que dizem as leis

“É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à saúde, à alimentação, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”.

Artigo 227 da Constituição Federal de 1988

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) foi instituído pela Lei 8.069 de 13 de julho de 1990, que normatizou o artigo 227 da Constituição Federal de 1988. Surgiu a partir da mobilização social que deu origem ao Fórum Nacional de Entidades Não Governamentais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente. Esse movimento recolheu mais de 6 milhões de assinaturas para garantir a criação de um artigo que estabelecesse os direitos humanos de meninos e meninas na Constituição. O ECA substituiu o Código de Menores. Traz em sua base a doutrina de proteção integral, reforça o princípio da criança e do adolescente como “prioridade absoluta” e institui o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente que se apoia em três eixos: a promoção e a defesa dos direitos e o controle social.

(Fonte: Estatuto da Criança e do Adolescente: um guia para jornalistas, Rede ANDI Brasil, 2011)

O QUE DIZ A PEC DA REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 171/1993 altera o artigo 227 da Constituição e reduz a idade penal de 18 para 16 anos. Desta forma, os jovens maiores de 16 anos passem a responder criminalmente por seus atos. No dia 17 de junho de 2015, a Comissão Especial da Câmara dos Deputados aprovou a proposta. O texto deverá passar por votação do plenário da Câmara no dia 30 de junho de 2015.

Alguns mitos sobre a Redução da Maioridade Penal:

MITO – Os jovens são os principais responsáveis pela violência no Brasil.

FATO – Dos 21 milhões de brasileiros entre 12 e 18 anos incompletos, apenas 0,013% cometeram crimes contra a vida. Mas a cada hora um adolescente é assassinado. A Unicef monitora a situação com o Índice de Homicídios na Adolescência. Em 2005, fez uma projeção de que 35 mil adolescentes seriam assassinados entre 2006 e 2012. O diagnóstico estava próximo da realidade: 33,6 mil pessoas dessa faixa etária morreram no período. Se as condições atuais prevalecerem, 42 mil jovens serão mortos de 2013 a 2019 antes de completar a idade adulta.

(Fonte: Casimira Bengue, coordenadora do programa de proteção à criança do Unicef no Brasil em <http://www.cartacapital.com.br/blogs/cartas-da-esplanada/201creduzir-maioridade-nao-e-solucao-ao-contrario-pode-agravar-a-violencia-1439.html>)

MITO – Crianças e adolescentes que cometem atos infracionais no Brasil ficam impunes, a exemplo daqueles que são liberados automaticamente ao completarem 18 anos.

FATO – O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) estabelece que a medida de internação pode ter duração máxima de três anos, independentemente da idade em que o adolescente é sentenciado. Ou seja, o adolescente de 17 anos que comete um crime grave poderá permanecer em regime de internação até os 20. Mesmo depois de liberados, os adolescentes e jovens podem continuar cumprindo medida em meio aberto ou semiaberto, sem prazo determinado para extinção da medida, a depender da avaliação técnica e decisão judicial.

(Fonte: Instituto Sou da Paz. Texto completo está disponível, junto com outros artigos sobre o tema, em <http://www.maioridadepenal.org.br/>)

EC

*Valor da parcela correspondente a 12 créditos da Graduação em Logística, mediante apresentação do cartão Sesc/Senac no ato da matrícula.

Facebook: /senacrsoficial | Twitter: @senacrs | Instagram: @senac_rs

QUER CRESCER?

VEM PRA CÁ.

Vestibular senac

Cursos Superiores

- Bacharelado em Administração
- Bacharelado em Ciências Contábeis **NOVO**
- Análise e Desenvolvimento de Sistemas
- Comércio Exterior
- Design de Moda
- Gestão de Recursos Humanos
- Gestão Financeira
- Hotelaria
- Logística
- Marketing
- Produção Multimídia
- Redes de Computadores

20% de desconto para comerciários

Mensalidades a partir de R\$ 275,86*

senacrs.com.br/vestibular

Faculdade Senac Porto Alegre
Rua Coronel Genuino, 130 e 358
Fone: (51) 3022.1044

Fecomércio RS | Senac

CENTRO

ENSINO PRIVADO

COMUNITÁRIAS E SEM FINS LUCRATIVOS

Sinpro/RS convoca Assembleia dos professores para o dia 11 de julho

Dissidentes do Sinepe/RS, instituições vinculadas ao Comung e escolas maristas e jesuíta querem um instrumento normativo próprio para as condições de trabalho dos professores deste segmento

O Sinpro/RS realiza no dia 11 de julho Assembleia dos professores que atuam nas instituições de educação superior comunitárias vinculadas ao Comung (com exceção da Unifra) e das escolas de educação básica das mantenedoras maristas e jesuíta, dissidentes do Sinepe/RS, para a avaliação de proposta para acordos coletivos de trabalho, específicos para este segmento, definida com a Comissão Sindical do Comung. A assembleia será às 14h, na Sede estadual do Sindicato em Porto Alegre (Avenida João Pessoa, 919).

A proposta foi definida em reuniões entre a Comissão do grupo dissidente do Sinepe/RS e o Sinpro/RS realizadas em junho. “As instituições dissidentes não reconhecem as Convenções Coletivas de Trabalho 2015 (CCT), negociadas entre Sinpro/RS e Sinepe/RS”, diz Marcos Fuhr, diretor do Sindicato dos professores. “Inicialmente, a Comissão Sindical patronal tentou flexibilizar o conteúdo das CCTs, mas a possibilidade foi descartada pelo Sinpro/RS, que defendeu como parâmetro mínimo a manutenção de todos os direitos já expressos nas CCTs 2015, o que acabou prevalecendo”.

O grupo, dissidente do Sinepe desde dezembro



Fotos: Valéria Octôa

Reuniões com a comissão patronal dissidente ocorreram em Porto Alegre

de 2014, é integrado pelas instituições de educação superior PUCRS, Unisinos, Unilasalle, Univates, Feevale, URI, Unisc, UPF, Unijuí, UCS, Unicruz, UCPel, IPA, Urcamp; e pelas escolas de educação básica mantidas pelas mantenedoras maristas e jesuíta. “A divisão da categoria patronal representou a necessidade de mais uma interlocução e negociação para um regramento da remuneração e das condições de trabalho dos professores, que seja aceito e cumprido por estes empregadores”.

REUNIÕES – No início de julho, antecedendo a Assembleia, a direção do Sinpro/RS também realizará reuniões com os professores nas instituições dissidentes para um amplo esclarecimento sobre o que vem acontecendo, desde a dissidência dessas instituições do Sinepe/RS, ocorrida em 2014. “É fundamental que este processo de reorganização da patronal seja compreendido pelos professores e avalizada a política desenvolvida pelo Sinpro/RS”, destaca Fuhr.

ANHANGUERA

Justiça determina limite de alunos por turma

A 3ª Vara Cível da Comarca do Rio Grande determinou que, a partir do segundo semestre deste ano, a Faculdade Anhanguera limite em 50 o número de estudantes em salas de aula do curso de Direito. A ação civil pública foi ajuizada pela Promotoria de Justiça Regional para Probidade Administrativa da Região Sul, após denúncias de alunos da instituição. A decisão prevê multa de R\$ 5 mil por dia no caso de descumprimento.

A ação, assinada pelo Promotor de Justiça José Alexandre Zachia Alan, pede, ainda, que a Anhanguera seja condenada a indenizar os danos morais e materiais sofridos pelos consumidores individualmente que tenham contratado os serviços educacionais e recebido prestação de valor depreciado devido ao número de estudantes superior a 50. Conforme a ação, quando a faculdade obteve autorização do Ministério da Educação (MEC) para abrir o curso de Direito houve determinação para que as turmas não excedessem essa quantidade de estudantes. As investigações do Ministério Público encontraram mais de cem cadeiras por sala.

DIREITOS

Sinpro/RS divulga convenções coletivas

O Sinpro/RS iniciou em junho a entrega dos livretos com a íntegra da Convenção Coletiva de Trabalho 2015 – Sinpro/RS e Sinepe/RS para os professores da educação básica e superior. O documento, junto com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), regra o salário e as condi-

ções de trabalho dos docentes do ensino privado gaúcho. A entrega do livreto está sendo feita pelos diretores do Sindicato aos professores diretamente nas instituições de ensino. As CCTs também estão disponíveis para *download* no *site* do Sinpro/RS e em versões para *tablets* e celula-

res (www.sinprors.org.br/cct).

IDIOMAS E SESI/SENAI – Também estão disponíveis no *site* do Sindicato as Convenções Coletivas de Trabalho dos professores que atuam em instituições de ensino de idiomas e dos professores que trabalham no Sistema S.

ENSINO MÉDIO

O impacto do 9º ano na carga horária dos professores

O Sinpro/RS promoverá em julho, em várias regiões do estado, debate com os professores do ensino médio sobre a conclusão da implementação do 9º ano do ensino fundamental nas escolas e o impacto na carga horária docente.

A Lei Nº 11.114/2005 e a Lei Nº 11.274/2006 tornaram obrigatório o ensino fundamental com nove anos de duração, com o ingresso aos seis anos de idade. Em 2016, será concluída a implementação do 9º ano do ensino fundamental, portanto, não haverá o 1º ano do ensino médio, o que motivará a redução de carga horária dos professores que atendem a estas turmas.

“Estamos acompanhando esse processo e consideramos importante alertar para o fato, bem como buscar alternativas, junto às direções de escolas, que minimizem os prejuízos aos professores”, explica Cecília Farias, diretora do Sinpro/RS. Em Porto Alegre, a reunião será no dia 3 de julho, na Sede estadual do Sindicato (Av. João Pessoa, 919).

PRÊMIO EDUCAÇÃO RS

Lançada a 18ª edição da premiação

O Sinpro/RS lançou no último dia 26 de junho a 18ª edição do *Prêmio Educação RS*. A cerimônia contou com a presença de agraciados, integrantes das diversas comissões julgadoras e indicadores de várias edições, autoridades, professores, imprensa, entre outros. “É um marco na história desta premiação que anualmente, desde 1998, joga luzes em quem faz mais pela educação em nosso estado, não apenas do ensino privado”, destaca a professora Margot Andras, diretora do Sindicato. “Muitos trabalhos e profissionais são tirados do anonimato, passando a ser referência de qualidade e de cidadania na educação”.

A entrega da *Pena Libertária* aos vencedores do *Prêmio Educação RS* 2015 será no dia 16 de outubro, em cerimônia especial, em Porto Alegre.

INDICAÇÕES – A partir do dia 10 de julho estão abertas as indicações ao 18º *Prêmio Educação RS* em formulário no site www.sinprors.org.br/premio. As indi-

cações (profissional, projeto e instituição) podem ser feitas por professores, estudantes e a comunidade em geral de qualquer região do estado. Cada indicador poderá escolher somente uma categoria para fazer a indicação.

Instituído com o objetivo de reconhecer quem faz mais pela educação, o Prêmio sempre se caracterizou por atingir amplamente os sistemas público e privado de ensino, a partir de indicações espontâneas. Uma Comissão Julgadora, especialmente formada para cada edição, avalia as indicações. O voto dos professores associados também conta ponto na escolha dos vencedores.

Nesses 18 anos do *Prêmio Educação RS*, já fo-



Solenidade contou com participação de agraciados de várias edições

ram laureados 22 profissionais, 21 projetos e 18 instituições, além da concessão menções honrosas em ocasiões especiais.

SINPRORS PREVIDÊNCIA

Familiares de associados podem aderir ao Plano



Nova modalidade foi lançada em junho

Desde 17 de junho, o Sinpro/RS Previdência conta com o Sócio Especial Previdenciário, moda-

lidade que permite a participação de familiares dos professores associados ao Plano. No evento de lançamento, realizado na Sede estadual, em Porto Alegre, no dia 17, participantes e interessados do Sinpro/RS Previdência puderam conhecer o serviço.

“O plano de previdência atende a uma demanda dos professores”, destaca Ângelo Prando, diretor do Sinpro/RS. “Agora, a modalidade de Sócio Especial Previdenciário amplia a participação no Plano, estendendo o benefício também aos familiares dos associados do Sindicato”.

Para quem já tem o Sinpro/RS Previdência e quer incluir um familiar, basta manifestar seu interesse no site www.sinprorsprevidencia.com.br ou solicitar a visita de um consultor, pelos telefones também disponíveis na página. Para o período de

lançamento, o Sinpro/RS oferece taxa de administração promocional na inclusão de dependentes no valor de R\$ 5,00 por dependente.

Administrado pela Fundação CEEE, maior fundo de pensão do Rio Grande do Sul, o plano tem contribuições flexíveis, com investimentos a partir de R\$ 50,00. Ângelo Prando afirma que “o Sinpro/RS Previdência possui uma carta de investimentos equilibrada com os recursos aplicados principalmente nos segmentos de renda fixa, com alta rentabilidade”, afirmou. Entre os benefícios oferecidos estão a aposentadoria a partir dos 50 anos de idade e cinco anos de contribuição, possibilidade de transferência dos recursos de outro plano previdenciário e resgate da totalidade das contribuições rentabilizadas em casos de desligamento.

SINPRO/RS VANTAGEM

sinprovantagem@sinprors.org.br

Mensalmente, o Sinpro/RS firma convênios com empresas para garantir descontos e/ou pagamentos especiais aos professores associados. Confira a relação de todos os produtos e serviços no Guia de Convênios, no site do Sindicato (www.sinprors.org.br/convenios). Para garantir os benefícios é necessário apresentar o Cartão Sinpro/RS Vantagem. Faça sua sugestão de empresas e serviços pelo e-mail sinprovantagem@sinprors.org.br.

HORIZONTALINA

Dom Pepe Pizzas e Pastéis. 10% de desconto à vista. Rua Buricá, 704 – 55. 3537.1707.

PASSO FUNDO

Duo. Salão de Beleza. 37% no corte masculino, 30% na escova, 20% manicure, 10% pedicure, 20% sobran-celha e 10% no realinhamento progressivo. Paissan-dú, 616 – 54. 3622.4156 – www.duobeauty.com.br.

PORTO ALEGRE

Grupo Cortel – Crematório Metropolitano São José. 5% de desconto nos serviços de cremação. Prof. Oscar Pereira, 584 – 0800.512624 – www.cortel.com.br.

Helô.com Estética. 15% de desconto à vista em cabelo, manicure e pedicure. Olavo Bilac, 434 – 51. 3225.4566.

RIO GRANDE

Óptica Extremo Sul. 20% de desconto para pagamento em até 4 vezes e 15% para pagamento em até 10 vezes. Silva Paes, 329 – 53. 3233.3209.

SANTA MARIA

Studio N Pilates e Fitness. Pilates e Treinamen-to Funcional. Aparelho ou solo. 10% de desconto. Acampamento, 499, salas 10/11 – 55. 9999.1610.

Usina de Viagens. Turismo Pedagógico. Até 10% de desconto. Helvio Basso, 1787/414 – 55. 9158.7848 – www.facebook.com/usinadeviagens.

TRÊS PASSOS

Companhia da Pizza. 15% de desconto no rodízio. Válido para dinheiro e cartão. Dom João Becker, 287 – 55. 9694.1848.

VACARIA

Posto da Júlio. Posto de Combustíveis. 10% de desconto na troca de óleo e 3% nos combustíveis, em relação ao preço de bomba. Júlio de Castilhos, 629 – 54. 3232.9861.

ENSINO PRIVADO

REVISTA TEXTUAL

Artigos discutem temas da conjuntura brasileira e do trabalho no ensino privado

Começou a circular em junho a 21ª edição da *Revista Textual*. A questão da terceirização é destaque, com dois textos e a capa. No ensaio *Por que resistir à terceirização*, a juíza do Trabalho Valdete Souto Severo elenca as principais razões pelas quais se deve resistir a esta modalidade de contrato de trabalho. Segundo ela, a terceirização mascara o vínculo de trabalho, que segue sendo exatamente o mesmo da contratação direta. A partir dessa mesma realidade de precarização, Marcio Pochmann, pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho da Unicamp, analisa o cenário em que está inserido o sindicalismo e aponta os principais desafios dos sindicatos diante da fragmentação das categorias de trabalhadores e falta de pertencimento de classe, principalmente nos terceirizados, no ensaio *Sindicalismo frente às atuais transformações do capitalismo*.

Na editoria *O professor e o mundo da escola*, o professor Sani Belfer Cardon, diretor do Sinpro/RS, aborda *A necessária autonomia do professor* e o professor Marcos Julio Fuhr, também diretor do Sinpro/RS, é autor do artigo *Calendários institucionais: os desencontros e os prejuízos dos professores*.

A editoria *Dinâmica do meio educacional* traz os artigos *Influências das políticas públicas de inclusão na educação superior e os benefícios ao ensino privado*, de autoria do professor Rodrigo Perla Martins, diretor do Sinpro/RS, e *Os desafios de uma Pátria Educadora*, do professor Paulo Barone, con-

selheiro na Câmara da Educação Superior do Conselho Nacional de Educação e docente da Universidade Federal de Juiz de Fora.

“Essa é uma edição bastante focada em alguns dos problemas que marcam a conjuntura atual, e diretamente relacionados aos professores do ensino privado: os riscos da ampliação da terceirização, as dificuldades do movimento sindical, a perda de autonomia docente, entre outros”, destaca Marcos Fuhr, do Conselho Editorial da publicação.

CIRCULAÇÃO – Diferente do que foi veiculado em edição anterior do *Jornal Extra Classe*, anunciando a circulação da *Revista Textual* ainda no mês de maio, devido a problemas operacionais, começou a circular com atraso, em junho. Os professores interessados em obter seus exemplares devem acessar o link enviado pelo Sinpro/RS por e-mail aos associados, e expressar o seu interesse. Também pode ser por telefone 51.4009.2900. O Sindicato vem oferecendo essa modalidade de distribuição desde 2014, uma vez cadastrado o

docente seguirá recebendo as edições futuras. A publicação é distribuída aos associados e pode ser acessada também na íntegra em PDF no site do Sindicato (www.sinprors.org.br/textual).



Foto: Reprodução

APOSENTADORIA

O novo cálculo das aposentadorias (MP 676/2015)

Diego Kretschmer Souza*

A presidenta vetou o projeto da fórmula 85/95. Estranhamente, aliás, muito estranhamente, apresentou a mesma proposta da fórmula 85/95, agregando-lhe medidas progressivas. Curioso, pois poderia ter sancionado o projeto e editado, em ato contínuo, Medida Provisória com a fórmula progressiva. Ou seja, desagradou a base sindical e economistas.

Assim, o segurado no cálculo de sua aposentadoria, quando o total resultante da soma de sua idade e do tempo de contribuição resultar no valor igual ou superior a 85 (mulher) 95 (homem), poderá requerer a sua aposentadoria sem a aplicação do Fator Previdenciário.

O cálculo irá perdurar desta forma até janeiro/2017, onde sofrerá sua primeira alteração, majorando um ponto ao valor, estabelecendo-se 86 (mulher) 96 (homem). Essa majoração ocorrerá novamente em 2019, 2020, 2021 e 2022, ano este em que o Executivo chegará ao patamar pretendido de 90 (mulher) 100 (homem).

Ainda neste ponto, a Medida Provisória 676/2015, descrita acima, estabelece que a aplicação destes parâmetros de cálculo seja alterada para o professor ou professora que comprovarem exclusivamente tempo de efetivo exercício de magistério na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio, onde serão acrescidos cinco pontos à soma da idade com o tempo de contribuição.

Mantendo, assim, as mesmas características da aposentadoria do professor.

De qualquer forma, por ser uma Medida Provisória, ainda passará pelo crivo do Congresso Nacional, exposta a novas alterações.

Em uma breve projeção de hoje até 2017, o professor que tenha contribuído por 35 anos só poderá se aposentar com 55 anos de idade, com 100%. Eis que o fator preponderante ao cálculo é a soma, devendo resultar em 85/95.

Ainda a título exemplificativo, na antiga fórmula, o professor só poderia se aposentar com 30 anos de contribuição, mais 64 anos de idade, para a incidência de um Fator Previdenciário positivo. De hoje, até dezembro/2016, poderá se aposentar o professor com 30 anos de contribuição e 60 anos de idade para obtenção de 100% de sua média, ou seja, na regra transitória apresentará uma melhora em alguns casos.

De qualquer forma, em face das recentes alterações no cálculo da aposentadoria, há possibilidade de aplicação ou não do fator, podendo esta ser benéfica em alguns casos e, ainda, com possibilidade de possíveis alterações pelo Congresso. Resta, mais do que nunca, o alerta ao segurado com a preparação de sua aposentadoria.

*Advogado da Apaepers, Portanova & Advogados Associados

SINDICALIZAÇÃO

Mais de 1,6 mil professores associam-se ao Sinpro/RS

O Sinpro/RS encerrou o primeiro semestre de 2015 com 20.215 professores em seu quadro social – mais de 60% da categoria. Destes, 1.610 são novos associados, resultado da campanha de sindicalização realizada entre os meses de janeiro a junho. “Este resultado é fruto de um empenho da direção do Sindicato que, por meio de campanhas anuais, vem mantendo uma média de 700 novos associados ao ano, mesmo com a grande rotatividade do setor ocorrida nos finais de ano”, afirma Cecília Farias, diretora do Sindicato. Neste ano, a campanha será estendida até o final de setembro.

Cecília diz que a marca de 60% de professores sindicalizados de uma base estadual de 33,8 mil professores do ensino privado faz do Sinpro/RS uma referência nacional. “Isso está amparado numa atuação diária da direção do Sindicato nas instituições de ensino, na defesa dos direitos dos professores, na luta por melhores salários e condições de trabalho e no protagonismo do Sindicato junto às lutas e mobilizações nacionais, como a do Plano Nacional de Educação e do movimento contrário à terceirização”, expõe. “A proximidade do professor ao Sinpro/RS fortalece o Sindicato e facilita muito o cumprimento

dos direitos conquistados”.

A cada ano, o Sinpro/RS estabelece uma meta para a campanha de sindicalização. Além de destacar a atuação sindical do Sindicato, apresenta aos professores uma série de benefícios garantidos aos associados, como a Casa do Professor, em Porto Alegre, Planos de Saúde conveniados, plano de previdência privada, descontos especiais em estabelecimentos comerciais em todo o estado, entre outros.

Professores interessados podem se sindicalizar nas visitas dos diretores às instituições ou manifestar interesse pelo *site* do Sinpro/RS (www.sinprors.org.br).

NAP

Serviço é ampliado para Passo Fundo e Santa Maria

O Sinpro/RS deu início à ampliação do serviço do Núcleo de Apoio ao Professor Contra a Violência (NAP) para as Regionais. A partir de junho, Passo Fundo e Santa Maria passam também a atender os professores das respectivas regiões. Tem como objetivo apoiar os professores que sofrem violência implícita ou explícita no ambiente de trabalho, com orientação e apoio jurídico e psicológico.

“O Núcleo de Apoio nasceu de uma demanda da categoria que, em razão de situações constrangedoras no ambiente educacional, sofrem solitariamente. São muitas as situações de violência a que o professor está

exposto, seja moral, psicológica ou até física. Por isso, o objetivo é disponibilizar esse atendimento também para as Regionais”, afirma Cecília Farias, diretora do Sindicato. Em Porto Alegre, o NAP também promove debates e encontros sobre temas relevantes que ajudam os professores a enfrentar as situações de conflito nas instituições de ensino, com a presença de especialistas.

Em Passo Fundo, o NAP funcionará em parceria com a Clínica de Prevenção, Intervenção e Acompanhamento em Situações de Violência (Cepavi), do Curso de Psicologia da Universidade de Passo Fundo (UPF). Em Santa Maria o atendimento é diretamente na Regional.

UNISC

Aprovado novo plano de carreira

Foi aprovado em junho o novo Plano de Carreira Docente (PCD) da Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc). O documento foi validado pela Assembleia geral dos professores da instituição no último dia 18, após diversas reuniões entre a direção do Sindicato e a Reitoria da Universidade, processo iniciado no segundo semestre de 2014.

O novo Plano tem implantação imediata e traz como destaque a retomada da dinâmica da progressão horizontal, retirada do PCD após alterações realizadas em 2006. O documento é a renovação de um Acordo Coletivo firmado com a Unisc, porém, pelas alterações implementadas no PCD, ele vem sendo tratado pelo Sindicato como um novo Plano. De acordo com o texto aprovado, o primeiro edital de progressão horizontal deve ser publicado ainda no segundo semestre deste ano.

LEGISLAÇÃO – O Plano de Carreira Docente é uma exigência da legislação e das normativas educacionais para todas as instituições de educação superior do país. A Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), assim como o Decreto 5773/06, ampliaram para todas as instituições o que pela Lei 9394/96 (LDBEN) era, anteriormente, um requisito apenas para as universidades.

EDUCAÇÃO INFANTIL

Professores avaliarão proposta para acordo

Os professores que atuam em instituições de ensino que ofertam exclusivamente a educação infantil avaliarão neste mês, em assembleias regionais, proposta com vistas à Convenção Coletiva de Trabalho. A proposta é de reposição do INPC (8,34%) para os valores

hora-aula e não definidos na CCT 2014 (*conforme quadro abaixo*). Contempla ainda a redução de quatro para três anos do tempo para a obtenção de 3% do adicional por tempo de serviço e a antecipação do feriado do *Dia do Professor* para o dia 13 de outubro de 2015.

Para as escolas que estão no processo de equiparação da CCT 2014, os valores de reajuste que devem ser pagos a partir de maio são:

Porto Alegre

Hora-aula de R\$ 7,83 + 8,34% = R\$ 8,48

Hora-aula de R\$ 7,09 + 8,34% + 0,35 = R\$ 8,03

Demais municípios do RS

Hora-aula de R\$ 6,88 + 8,34% = R\$ 7,45

Hora-aula de R\$ 5,82 + 8,34% + 0,50 = R\$ 6,81



O *know-how* da advocacia previdenciária aliado a 15 anos de experiência a serviço dos professores.

CIVIL | TRABALHISTA | PREVIDENCIÁRIO

Daisson Portanova – OAB/RS 25.037
Estelita de Vaconcellos Salton – OAB/RS 69.252
Renata Oliveira Cerutti – OAB/RS 86.603

Em Passo Fundo/RS: Rua Paissandu, 1436/201 – Centro – 54 3045.7457
www.ceruttisalton.com.br



Foto: Igor Sposito

Terceirização de risco

Contratados por empresas que prestam serviços de limpeza, segurança e outras atividades de risco estão expostos a acidentes e situações insalubres com maior frequência

► Por Juliana Adelaide

extraclasse@sinprors.org.br

Um acidente ocorrido no final de maio em um dos canteiros de obras da Hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, quando um silo de estocagem de cimento com tubos capazes de estocar 1,2 mil toneladas se soltou, resultando na morte de três operários e mais três feridos, expôs, mais uma vez, as condições adversas a que os trabalhadores estão expostos diariamente. Neste caso específico, eram trabalhadores de uma empresa prestadora de serviço, ou terceirizada. O fato rendeu notícia nacional pela fama do local. Mas o cotidiano

dos trabalhadores no Brasil é repleto de exemplos de acidentes e óbitos devido às más condições do ambiente de trabalho.

E especialmente em empresas terceirizadas. São varredores de rua, garis, vigias, serventes de limpeza, cozinheiros, limpadores alpinistas, zeladores, entre outros prestadores de serviços perigosos que exercem suas atividades, muitas vezes, sem acesso à segurança. E o medo de perder o emprego não os encoraja a exigir garantias no trabalho.

Lílian Thaís Rodrigues, 37 anos, trabalha em

uma empresa terceirizada que presta serviços de limpeza e portaria na capital gaúcha. Ela sofreu um acidente no local em que trabalhava, há 45 dias, que deixou uma cicatriz em seu rosto. “Fui colocar o lixo na lixeira do condomínio, estava chovendo e ventando muito, a tampa da lixeira voou e bateu no meu rosto, por pouco não atingiu meu olho”. Ela cortou o rosto e trincou o nariz.

“Não tive socorro de ninguém, saí pingando sangue, pedi ajuda para um casal que me deu um pano para estancar e que me levou para o hospital”.

Lílian continuou trabalhando, mesmo com o acidente. “Não tinha ninguém para ficar no meu lugar, tive que trabalhar com os pontos e o rosto cortado. Nestas empresas a gente só vale quando está bem”.

A presidente do Sindicato dos Empregados de Empresas de Asseio, Zeladoria e Limpeza Urbana do Vale dos Sinos (Sindasseio), Maria Elisabete Machado da Silva, informa que sua categoria acumula muitos problemas com acidentes e adoecimentos em função do trabalho. “São pessoas que lidam com caminhões, roçadeiras, e estão sempre na beira da estrada, onde acontecem muitos acidentes”.

São cerca de 6 mil trabalhadores na base do sindicato, dos mais diversos segmentos, entre eles varredores de rua (garis), zeladores, telefonistas, repositores de mercadorias, recepcionistas, porteiros e vigias patrimoniais, vigias de condomínios, limpadores alpinistas, guardadores/orientadores de

estacionamento, limpadores e serventes de limpeza, copeiros, cozinheiros. “É só prestar atenção em um gari correndo atrás do caminhão, saltando do caminhão... são vítimas constantes de atropelamento, pois muitos motoristas não tomam cuidado e os acidentes acontecem”.

Segundo ela, o sindicato recebe informações sobre acidentes nas rodovias, com trabalhadores que utilizam roçadeiras. “Os atropelamentos acontecem porque os motoristas não respeitam a sinalização de que há homens trabalhando na pista e isto é um crime, até porque muitos fogem ao atropelar”. Elisabete denuncia que muitas empresas não querem fornecer o Comunicado de Acidente de Trabalho (CAT), o que dificulta o direito que o trabalhador tem de entrar com ação judicial. “Em muitos casos, não tem como provar que a pessoa foi vítima em um acidente de trabalho. A gente vem brigando muito por isto,

exigindo que as empresas cumpram esta norma”.

Marli dos Santos tem 45 anos e há 11 trabalha fazendo limpeza em condomínios como funcionária terceirizada de uma empresa que presta serviço de portaria, vigia, limpeza e zeladoria em Porto Alegre. Ela conta que é comum acontecerem acidentes neste tipo de atividade e ela mesma carrega dores e cicatrizes de acidente que ocorreu em 2004. Ao acondicionar o lixo de um conjunto de apartamentos, pisou no chão molhado, caiu e quebrou o braço. “Voei longe com o carrinho do lixo”. Ela hoje possui 13 pinos e duas platinas no braço direito e a dor constante é uma lembrança daquele dia. “Fiquei no seguro um ano e 11 meses, na época ganhava R\$ 300,00 por mês, uma miséria”. Depois de seis meses de atestado, ela voltou para o trabalho. “Fiquei com uma sensibilidade grande neste braço, ele dói quando está para chover”.

Lucro é prioridade das empresas

Luís Fernando Camarano, 49 anos, foi recrutador na empresa Orbram S.A., Organização Riograndense de Serviços, na década de 1980. Era uma firma de prestação de serviços de limpeza e conservação. “Tinha lá o que a gente chama de ‘testa de ferro’, o coronel Leonel, ele era importante para que a empresa pudesse ter uma conta de vigilância”, lembra.

Fernando conta que, na época, havia muitas empresas deste tipo em Porto Alegre: Mosca, Riograndense, Transforte Sul, Vigilâncias Pedrosa. “Elas fecham e reabrem logo ali, com outro nome, recontratando as mesmas pessoas, menos as que entram na Justiça, em busca de seus direitos. Os trabalhadores nunca chegavam a completar um ano de firma, a rotatividade sempre foi alta e isto faz parte do negócio, porque é uma forma de não pagar benefícios como férias e 13º salário”. Conforme ele, as empresas terceirizadas contam, como lucro, o fato de nunca efetuarem pagamento de direitos corretamente, como Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e horas extras.

O recrutamento era feito sem qualquer critério. “Uma vez, em São Leopoldo, era preciso contratar 70 mulheres para um supermercado de uma grande rede recém-inaugurada. Conseguimos listar cem e o critério era: está respirando, contrata”. A empresa Orbram fechou para reabrir com o nome de SS, Service Sistem, que também não existe mais.

A tecnóloga em logística Utinajara Alves Barbosa, 53 anos, atua há três meses como recrutadora e administradora de serviços de limpeza em um grande condomínio na zona norte de Porto Alegre. Pelo que ela relata, os problemas dos trabalhadores são os mesmos vividos nos anos 1980. “As empresas insistem em não recolher INSS, FGTS, atrasam o dia do pagamento, dão perna de anão no vale-transporte”.

Observa que, neste meio, todas as empresas se conhecem. Portanto, quando participam de licitações, as maiores pegam os bons serviços. “É fácil perceber que nos condomínios mais simples quem trabalha não tem uniforme decente, nem EPI (Equipamento de Proteção Individual), todos comem ou dormem juntos no mesmo salão”. Utinajara diz que busca exigir da empresa contratante equipamentos de trabalho como luvas e botas. “A empresa tem que dar, mas se não insistir, eles não dão”. Por medo de perder o emprego, as pessoas não cobram os equipamentos adequados para a segura execução do trabalho. “É comum ver o pessoal de limpeza carregando um balde com água em uma mão e produtos como clorofina, pinho e odorizador na outra, mais panos e vassoura, quando o correto seria um carrinho para carregar o material”.

Foto: Igor Sperotto



MOVIMENTO

Rio Grande do Sul é terceiro no ranking nacional de acidentes

Aqui no Rio Grande do Sul, conforme o último Anuário Estatístico da Previdência Social, lançado em janeiro deste ano, foram registrados, em 2013, 59.627 acidentes e doenças ocupacionais, com 140 óbitos, o que coloca o estado em terceiro lugar no ranking nacional, atrás apenas de São Paulo (248.928 casos) e Minas Gerais (77.252). Isto significa uma média de 163 acidentes por dia e um trabalhador morto a cada 60 horas no estado. E que 1.133 trabalhadores gaúchos passaram a ter incapacidade permanente devido a acidentes ou adoecimentos no ambiente laboral.

“Reconhecidamente, pelos processos, na informalidade estes números são mais alarmantes, pois os cuidados são menores, há uma economia na prevenção, a exposição a riscos é maior, além de muita improvisação”, manifesta o desembargador Raul Zoratto Sanvicente, coordenador do Programa Trabalho Seguro no TRT4. Este programa é uma iniciativa nacional da Justiça do Trabalho cujo objetivo é promover, por meio de ações e projetos, a cultura da prevenção de acidentes e doenças laborais no país. “A precarização de que falamos não é só dos salários, mas de todas as condições de trabalho”.

Conforme o desembargador, a realidade dos trabalhadores certamente é ainda mais grave do que

a apontada no Anuário, pois a Previdência consegue apurar apenas os casos com carteira assinada, que representam 50% da população economicamente ativa. Sanvicente destaca que os acidentes e adoecimentos provocam danos não só aos trabalhadores e suas famílias. “Este é o dano mais óbvio”.



Foto: Igor Sperotto

Há grande risco de acidentes nos acostamentos

Mas há ainda o que é pouco visto ou comentado, que atinge toda a sociedade, o sistema de saúde, o sistema jurídico e que desorganiza a produção: os custos com a invalidez, permanente ou temporária, e os óbitos. “É algo muito grande, coisa que não se percebe imediatamente, e que é pago por toda a sociedade”.

Além da Previdência, que desembolsou R\$ 10

bilhões em 2014 para aposentadorias e afastamentos por acidentes ou doenças no trabalho, a Justiça gaúcha também sofre impactos. Ano passado, houve 8,3 mil processos envolvendo acidentes e doenças ocupacionais. Para Raul Sanvicente, é errado atribuir os acidentes à fatalidade ou ao infortúnio. “O Brasil carece de uma cultura de prevenção por parte de empresas e empregados. As entidades de classe devem investir nisto. Ambas as partes precisam fazer uma análise dos riscos de suas atividades e criar um plano de preventivo”.

Ele diz que, em muitos processos, as empresas atribuem a culpa ao empregado. “Até pode ser que o trabalhador cometa erro, mas quantas horas ele trabalhava por dia? Ele recebeu treinamento e equipamento de segurança adequados”? Para o desembargador, no caso específico das empresas terceirizadas, alvo de grande parte das ações judiciais, o Projeto de Lei nº4.330 (ou PLC 30/2015, no Senado), que visa a autorizar a terceirização das atividades-fim no Brasil, poderá aumentar a gravidade deste quadro. A Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra) estima que, de dez acidentes laborais, oito ocorrem em atividades terceirizadas, bem como quatro em cada cinco mortes no trabalho acontecem na terceirização.

Principais estatísticas referentes a acidentes de trabalho no Rio Grande do Sul:		
Acidentes de Trabalho	Mortes em acidentes	Incapacidade permanente
2011: 57.915	2011: 174	2011: 1.300
2012: 55.397	2012: 166	2012: 1.312
2013: 59.627	2013: 140	2013: 1.133

Fonte: TRT4

(Extraído da Apresentação do Livro Análise de Acidentes de Trabalho Fatais no RS – Superintendência Regional do Trabalho e Emprego do Rio Grande do Sul. 2008)

SÓCIO ESPECIAL PREVIDENCIÁRIO

SINPRORS
PREVIDÊNCIA

Para filhos, netos, enteados, pais e avós de associados do SINPRO/RS.

FAÇA HOJE MESMO A SUA ADESÃO

Contato: KARINA GUIMARÃES
(51) 3027.3128 | (51) 9335.3481
kguimaraes@eletroceee.com.br

É de pequeno que se aprende.
Ensine seu filho a poupar para o futuro.

INSTITUIDOR **SINPRO/RS** Sindicato Cidadão

GESTOR DO PLANO **FUNDAÇÃO CEEE** PREVIDÊNCIA PRIVADA
Decisão de um futuro inteligente

PARCERIA ESTRATÉGICA **MONGERAL AEGON**
Construa seu amanhã



MARCOS ROLIM*

Notícias de Gotham City

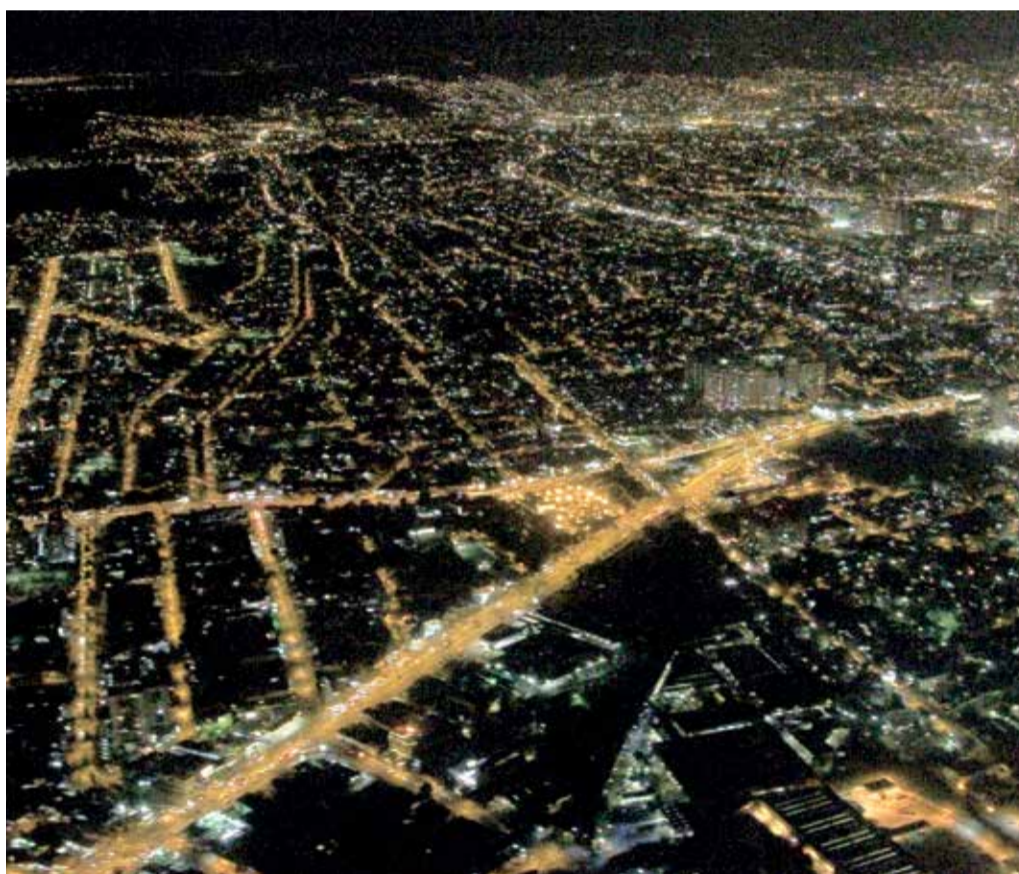
Imagino que todos tenham tido notícia do fato. No início de junho, ocorreu no Parque da Redenção, em Porto Alegre, outra jornada da *Serenata Iluminada*. A atividade é organizada via redes sociais e reúne milhares de jovens dispostos a ocupar os espaços públicos para garantir sua condição pública. No caso da Redenção, os manifestantes se opõem à proposta do cercamento que vem sendo cogitada há anos. Nas serenatas, levam velas, lanternas, violões, se divertem, debatem e se manifestam pacificamente.

Jornalistas presentes ao evento perceberam que algumas pessoas estavam sendo assaltadas quando se afastavam do grupo maior. Nas imediações, não havia policiamento.

Então, o comandante do 9º BPM, tenente-coronel responsável pela área, foi informado do que estava ocorrendo pelo *whatsapp*. Sua resposta foi: “– *Quem frequenta esse tipo de evento não quer BM perto. Agora aguentem! Que chamem o Batman! Gente do bem está em casa agora!*”

Entre muitos dos seus colegas, o oficial encontrou apoio e compreensão. Em um país civilizado, atitude do tipo seria considerada evidência de inaptidão ao trabalho policial. Vejamos os motivos.

Todo o policial com formação profissional deve saber que a principal arma a sua disposição não é aquele que carrega na cintura. Para o trabalho policial, a arma mais importante é a informação. Quando os policiais possuem uma informação de qualidade, sabem o que fazer. Caso contrário, atuam às cegas e a possibilidade de que produzam bons resultados se aproxima de zero. A fonte de informação mais ampla e mais acessível para a polícia é a população. Por isso, é fundamental para o trabalho das polícias que seus membros tenham a confiança do público. Quanto mais a cidadania confiar na polícia, mais irá informar aos policiais, mais irá demandar seus serviços e mais irá colaborar com investigações em andamento. Em um contexto de confiança-colaboração, as polícias se tornam muito mais eficientes e as taxas de impunidade caem significativamente. Já quando as pessoas não confiam nas polícias, elas deixam de registrar ocorrências, param de solicitar proteção e se recusam a colaborar. Não por acaso, as melhores polícias do mundo selecionam e formam seus policiais para que as pessoas sejam tratadas com urbanidade e respeito e que em qualquer abordagem, inclusive quando se tratar de usar a força, nos casos em que ela seja absolutamente necessária, isto não autorize qualquer incivilidade.



"Não por acaso, as melhores polícias do mundo selecionam e formam seus policiais para que as pessoas sejam tratadas com urbanidade e respeito e que em qualquer abordagem, inclusive quando se tratar de usar a força, nos casos em que ela seja absolutamente necessária, isto não autorize qualquer incivilidade"

A criminologia moderna acumulou toneladas de evidências a respeito das dinâmicas criminais que seguem desconsideradas no Brasil. Com respeito aos espaços públicos, sabemos que o medo do crime – ou a sensação de insegurança – faz com que as pessoas se isolem em suas residências, abandonando ruas e praças que, antes, eram locais de convivência. Um dos resultados desse processo – que elimina a vigilância natural – é que os espaços públicos passam a ser ocupados por pessoas envolvidas com o crime, especialmente à noite. Não por outra razão, uma política séria de segurança – pensada na confluência de vários serviços públicos – deve estimular e propor atividades culturais e esportivas noturnas, para a ocu-

pação de espaços públicos. Iniciativas como a *Serenata Iluminada* são importantes, assim, também para a prevenção do crime.

A ideia de que os humanos se dividem em “pessoas do bem” e “pessoas do mal” costuma ser bastante útil na formação moral das crianças. Quando contamos a elas histórias com “heróis” e “vilões”, a divisão maniqueísta corporifica virtudes e vícios, facilitando a tarefa pedagógica. Adultos, entretanto, deveriam saber que as pessoas não são, em si mesmas, boas ou más, mas boas e más; que todos possuímos qualidades e defeitos; que carregamos possibilidades trágicas e que, a depender das nossas circunstâncias, ocorre de agirmos escolhendo alternativas ilegítimas, ilegais ou imorais. A propósito, estudos de autorrelato (*self-report studies*) sobre práticas criminais mostram que quase todas as pessoas cometem um ou mais crimes, em algum momento de suas

vidas, especialmente quando muito jovens. O ser humano, entretanto, não pode ser reduzido a um gesto. Ele é maior e mais complexo do que uma ação viciosa ou virtuosa. Por isso, não deveríamos permitir que as pessoas fossem tratadas a partir de “rótulos”. Conceber que os milhares de jovens que se reuniam na Redenção naquela noite não eram “pessoas de bem” seria apenas ridículo, não estivéssemos falando de alguém a quem se confiou a responsabilidade de proteger pessoas, sem adjetivos.

Declarações do tipo conspiram contra a polícia; degradam a imagem da Instituição e ampliam seu descrédito entre a população. Reforçam, no mais, a imagem de uma polícia autoritária, ineficiente e orgulhosa do que não sabe. Bem, talvez seja a hora de parar de ler histórias em quadrinhos.

*Jornalista, sociólogo e professor do IPA.
marcos@rolim.com.br | www.rolim.com.br

EXPOSIÇÃO

Um firme e vibrante NÃO: navilouca em turnê pelo Brasil

Caxias do Sul



Porto Alegre



Pelotas

Mostra inaugurada em Porto Alegre se tornou projeto itinerante, possibilitando que obras dissidentes, anárquicas e políticas circulem por outras localidades

Leo Felipe*

Foram nove meses de trabalho. E se a criação colaborativa é uma característica importante de muitas obras que seriam apresentados na exposição, ela também se repetiu na concepção e produção da mostra. Colaboraram comigo o pesquisador Jorge Bucksdricker (na curadoria) e os artistas Alexandre Navarro Moreira e Flávia Felipe, que, além de apresentarem obras, também emprestaram ao projeto seus talentos como montador e produtora. O resultado pôde ser visto entre dezembro de 2014 e janeiro de 2015, na Galeria Ecarta, com proposições de mais de 40 artistas de distintas procedências e gerações, cujo ponto em comum é a contestação aos padrões dominantes e o ativismo político e comportamental.

De exposição pensada especialmente para o espaço da Ecarta, *Um firme e vibrante NÃO* se tornou projeto itinerante, possibilitando que as ideias dissidentes, anárquicas e políticas da contracultura exploradas na exposição coletiva se irradiassem para além de Porto Alegre.

Caxias do Sul foi a primeira cidade a nos receber. Graças ao esforço de nossa parceira Carine Turelly, coordenadora da Unidade de Artes Visuais da Secretaria de Cultura de Caxias do Sul, a Galeria de Arte do Centro Municipal de Cultura Dr. Hen-

rique Ordovás Filho acolheu *Um firme e vibrante NÃO* entre março e abril. Lá tivemos a oportunidade de adaptar a exposição para o “cubo branco”, o espaço neutro e iluminado típico dos museus, onde obras de arte são usualmente expostas. O resultado foi surpreendente e nossa mostra ganhou um jeitão “gringo” (com o perdão do trocadilho). Para ocupar o espaço amplo da Galeria de Arte do Centro Ordovás, novas obras foram acrescentadas à seleção: a série fotográfica de 1978 *Íntimo exterior*, de Telmo Lanes, e o conjunto de cartazes produzido pelo grupo KVHR entre 1978 e 1980.

A segunda itinerância de nossa navilouca nos levou mais ao Sul. A Casa Paralela é um espaço independente mantido em Pelotas pelos artistas Adriane Hernandez, Chico Machado e Thiago Reis. Nossa exposição foi readaptada para um ambiente mais doméstico e ganhou o acréscimo de um desenho de Mário Röhnelt do início da década de 1980.

A experiência em Pelotas, cidade universitária com grande vocação para a cultura, foi surpreendente. A abertura contou com um ótimo público interessado em conhecer as publicações, cartas e postais, pintura, desenho, escultura, gravuras, cópias xérox e demais obras da exposição. Houve ainda

uma instigante conversa entre curador e o Patafísica Mediares do Imaginário, um grupo de estudantes de arte que propõe mediações que estimulem a imaginação dos visitantes. Outro destaque na aventura pelotense foi a presença dos punks do Ocupa 171. O grupo desfraldou uma bandeira anarquista dentro da galeria, coroando nossa experiência de arte, ativismo e diálogo. A mostra fica em cartaz na Casa Paralela até 17 de julho.

O próximo destino de *Um firme e vibrante NÃO* é bem mais ao Norte, na cidade de origem (ou escolha) de parte significativa de artistas presentes na exposição. A relevância de nosso projeto foi reconhecida por edital da Prefeitura Municipal de Recife, Pernambuco, visando à ocupação de um dos espaços de arte mais ativos da capital pernambucana, o Museu Murillo la Grega. Ainda não há previsão de abertura, mas a equipe está animada com a possibilidade de viajar tão longe, reforçando laços (afetivos, profissionais, institucionais) e conectando duas regiões que criam cultura fora do principal eixo da produção artística brasileira.

Para onde mais os (bons) ventos nos levarão?

*Leo Felipe é curador e coordenador artístico da Galeria Ecarta, da Fundação Ecarta.

PROGRAMAÇÃO ECARTA Julho

www.fundacaoecarta.org.br

Em Porto Alegre, as atividades acontecem na sede da Fundação (Av. João Pessoa, 943). Informações pelo fone 51. 4009.2971 e no *site*.

ECARTA MUSICAL

Porto Alegre – Shows quinzenais, aos sábados, às 18h, com entrada franca.

11/6, Ale Vanzella (violão e voz) apresenta seu *Indie Bossa*, com clássicos da bossa nova, canções nacionais e internacionais. **25/7**, **Trio Quintina**, com Fabiano Silveira (violão), Gabriel Schwartz (sopros) e Gustavo Schwartz (cavaquinho e percussão).



Trio Quintina

ECARTA MUSICAL ITINERANTE

Circulação de show pelo interior do estado.

Santa Maria – **19/7**, 20h, no Theatro Treze de Maio (Praça Saldanha Marinho s/n) Angelo Primon (viola de dez cordas, violão, arranjos) em *Olhar o mar*, acompanhado por Matheus Kléber (piano, teclado e acordeom), Raquel Carneiro e Eduardo Alves (voz). Ingresso: material escolar.

GALERIA DE ARTE

Exposições com foco na arte contemporânea. Visitação de terça a sexta, das 10h às 19h; sábado, das 10h às 20h; e domingo, das 10h às 18h. Entrada franca.

Porto Alegre – **Até 2/8**, *Ode a Phobos (ou como é bom não ter memória)*, da artista Letícia Lopes. Mostra selecionada pelo Edital 2015.

Pelotas – **Até 17/7**, na Casa Paralela (Rua Uruguai, 1577), a itinerância da *Um firme e vibrante NÃO*, com curadoria de Jorge Bucksdricker e Leo Felipe e obras de mais de 40 artistas. Visitação sempre de terças a sextas, das 14h às 19h.

NÚCLEO CULTURAL DO VINHO

Cursos e palestras com degustação. Inscrições prévias: www.ecarta.org.br.

Porto Alegre – **3 e 4/7**, *3ª Feira de Livros sobre Vinho e Gastronomia*, com diversa programação paralela; **16/7**, 19h30, *A Serra do Sudeste – novo terroir do Rio Grande do Sul*, ministrada por Rossano Lazzarotto, tecnólogo em Enologia. Degustação de azeites e vinhos. Inscrição: R\$ 30,00.

Rio Grande – **16/7**, 19h30, no Restaurante A Camponesa (Rua Andradas, 386), *A Serra do Sudeste – novo terroir do Rio Grande do Sul*, ministrada por Rossano Lazzarotto, tecnólogo em Enologia. Degustação de azeites e vinhos. Inscrição: R\$ 30,00, na Sede do Sinpro/RS – Regional Rio Grande (General Bacelar, 378/804) pelo fone 53.3232.9458.

CONVERSA DE PROFESSOR

Programa realizado em várias cidades do estado, com parcerias locais. Tem como objetivos o aprofundamento teórico, ampliação de conhecimentos, debate sobre metodologias de trabalho em sala de aula. Inscrições gratuitas.

Candelária – **5/7**, 19h, *Afeto e toque na infância*, ministrada pela fonoaudióloga Elda de Figueiredo, especialista em estimulação precoce, vínculos afetivos e sexualidade. A atividade será realizada no salão da Comunidade Evangélica Sinodal (Rua Thompson Flôres, 385). Inscrições gratuitas na Secretaria Municipal de Educação, pelo fone 51.3743.8142.

QUADRINHOS

Tibica, O Defensor da Ecologia | Editora Formato, 2010

TIBICA / CANINI



RANGO / EDGAR VASQUES



Chegou a hora de destacar quem faz mais pela educação

Está aberto o período de indicações ao Prêmio Educação RS 2015.

Escolha uma categoria e faça sua indicação optando entre Profissional, Projeto ou Instituição de Ensino.

Os pré-selecionados serão avaliados sob os critérios:

- └ compromisso com educação de qualidade;
- └ desenvolvimento da cidadania;
- └ democratização da sociedade e o acesso à educação;
- └ relação com a comunidade.

FAÇA SUA INDICAÇÃO ATÉ 31 DE AGOSTO EM
sinprors.org.br/premio

PRÊMIO EDUCAÇÃO RS

Há 18 anos reconhecendo quem faz mais pela educação

SINPRO/RS
Sindicato Cidadão

